



UC/FPCE_2011

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Estudo da Sugestionabilidade Interrogativa numa amostra de jovens estudantes portugueses

Filipa Soares Ferreira da Silva (filipa96@gmail.com)

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e Saúde, subárea de especialização em Psicologia Forense, sob orientação da Prof^a Doutora Maria Salomé Pinho

Estudo da Sugestionabilidade Interrogativa numa amostra de jovens estudantes portugueses

O interrogatório policial constitui um contexto de grande pressão interpessoal podendo abranger táticas interrogativas sugestivas ou enganadoras, que podem enviesar os depoimentos dos sujeitos e, em última instância, levar a uma falsa confissão. Dado o crescente aumento da criminalidade na camada jovem da nossa população, e o conseqüente aumento do número de jovens presentes a interrogatório policial, o estudo da sugestionabilidade interrogativa, nesta população, assume um papel preponderante.

O presente estudo procurou analisar a expressão da sugestionabilidade interrogativa, avaliada pela versão 1 da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1), numa amostra de 70 jovens estudantes portugueses. Mais concretamente, teve como principal objectivo perceber se um procedimento mais breve da GSS1 (ausência do ensaio de evocação diferida) produz resultados similares ao procedimento original da mesma escala. Pretendeu-se, ainda, examinar as relações entre sugestionabilidade interrogativa e auto-conceito (avaliado através do Inventário Clínico de Auto-Conceito), inteligência não-verbal (avaliada através das Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven), desejabilidade social e neuroticismo (ambos medidos através do Questionário de Personalidade de Eysenck - Forma Revista). Investigou-se, também, o impacto do *feedback* negativo na ansiedade dos participantes bem como, a possibilidade destes incluírem no relato final da história informações proporcionadas pelas questões da GSS1.

Os resultados obtidos revelaram que a diferença de procedimento na GSS1 não afectou os níveis de sugestionabilidade indicando que o ensaio de evocação diferida poderá ser suprimido. Registou-se um aumento do nível de ansiedade imediatamente após o *feedback* negativo, apenas no grupo de controlo. Este resultado poderá indicar que o aumento da ansiedade dos participantes seria devido ao ensaio de evocação diferida e não tanto ao *feedback* negativo. A quantidade de informação propiciada pelas perguntas da GSS1 adicionada pelos participantes no relato final da história mostrou-se muito reduzida, o que reforça a ideia de que tal não é condição suficiente para se considerar um indivíduo sugestionável. Não foram observadas correlações significativas entre as medidas de sugestionabilidade da GSS1 e as variáveis auto-conceito, neuroticismo e inteligência não-verbal. Constatou-se que a medida de desejabilidade social se encontrava, significativamente, associada ao índice *Cedência 1*, *Cedência 2* e *Sugestionabilidade Total*, apenas no grupo em que se administrou o procedimento completo da GSS1. Uma vez mais, este resultado aponta para a influência do ensaio de evocação diferida, que nesta situação se traduziria pela necessidade dos participantes se sentirem aprovados pelo entrevistador e,

consequentemente, serem mais sugestionáveis.

Os resultados encontrados no presente estudo permitem propor procedimentos com implicações de ordem prática para o contexto forense, no que diz respeito à sugestionabilidade interrogativa em jovens.

Palavras-chave: memória, sugestionabilidade interrogativa, auto-conceito, desejabilidade social, inteligência não verbal, neuroticismo.

Study of Interrogative Suggestibility in a sample of young Portuguese students

Police interrogatories are a context of enormous interpersonal pressure, potentially encompassing interrogative tactics of suggestive or misleading nature which can skew the statements of the subjects and, ultimately, lead to false confessions. Given the increasing crime rate in the younger strata of our population, and the consequent increase in the number of young people presented to police interrogatories, the study of interrogative suggestibility is of particular importance in this age range.

This study sought to analyze the expression of interrogative suggestibility – assessed by form 1 of the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS1) – in a sample of 70 young Portuguese students. More specifically, the main goal was to understand if an abbreviated GSS1 procedure (absence of the delayed recall test) produces similar results to the original procedure of that same scale. A second objective was to examine the relationships between interrogative suggestibility and self-concept (measured by the Self-Concept Clinical Inventory), non-verbal intelligence (measured through Raven's Standard Progressive Matrices), and social desirability and neuroticism (both measured with the Eysenck Personality Questionnaire in its Revised Form). Last but not least, the impact of negative feedback on the participants' anxiety was also investigated, as well as the possibility of participants' inclusion of the information provided by the GSS1 questions in their final story reports.

The results showed that the difference in GSS1 procedure did not affect the levels of suggestibility, pointing that the delayed recall test may be omitted. There was an increased level of anxiety immediately after the negative feedback, but only in the control group. This result may indicate that the increased participants' anxiety would be due to the delayed recall test rather than to the negative feedback. The amount of information afforded by GSS1 questions that was added by participants to the final story reports was very low, thus reinforcing the idea that this is not enough to consider an individual as suggestible. There were no significant correlations between the values of GSS1 suggestibility and the self-concept, non-verbal intelligence and neuroticism variables. It was found that the social desirability variable was significantly associated with the index Yield 1, Yield 2 and Total Suggestibility, but only for the group that was the target of the complete GSS1 procedure. Again, this result points to the influence of the delayed recall test, which in this situation translates into a need for participants to feel approved by the interviewer, and consequently, becoming more suggestible.

The results of this study may therefore suggest procedures with practical implications to the forensic context, in what relates to the interrogative suggestibility in young people.

Key Words: memory, interrogative suggestibility, self-concept, social desirability, non-verbal intelligence, neuroticism.

Agradecimentos

À Prof^a Doutora Salomé por todo o conhecimento transmitido e pela disponibilidade demonstrada ao longo da realização deste trabalho.

Ao Guilherme, pela paciência que demonstrou nos momentos mais difíceis e pela alegria constante com que me presenteou nas alturas de especial apreensão.

À minha família, nomeadamente, aos meus pais por me fazerem acreditar que tudo isto era possível.

À Jennifer e à Cláudia por estarem presentes sempre que precisei com palavras de encorajamento, pela partilha de dúvidas e por, simplesmente, terem feito parte do meu percurso académico.

À Daniela por todo o apoio prestado e verdadeira vontade de ajudar.

Aos técnicos da DGRS, especialmente, da Equipa do Baixo Mondego 2, por me terem feito crescer profissional e pessoalmente. Um obrigada especial à Dra. Leonor por me ter feito olhar para a vida de uma forma mais segura e bonita e à Dra. Cristina por toda a ajuda proporcionada e pela forma como me fez sentir integrada na instituição.

A todos aqueles que tornaram possível o recrutamento dos participantes.

Índice

Introdução (1)

I- Enquadramento conceptual (2)

1. Natureza e evolução do conceito de sugestionabilidade (2)
2. Sugestionabilidade Interrogativa (5)
 - 2.1. O problema dos interrogatórios policiais (7)
 - 2.2. Modelo Teórico de Gudjonsson e Clark (8)
 - 2.3. Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (11)
 - 2.4. Estudos sobre Sugestionabilidade Interrogativa (13)
 - 2.4.1. Sugestionabilidade Interrogativa e Inteligência (14)
 - 2.4.2. Sugestionabilidade Interrogativa e Auto-conceito (16)
 - 2.4.3. Sugestionabilidade Interrogativa, Desejabilidade social e Neuroticismo (18)
 - 2.4.4. Sugestionabilidade Interrogativa e Ansiedade (19)
 - 2.4.5. Versão Breve da GSS (21)

II- Objectivos e Hipóteses (22)

III- Metodologia (23)

1. Amostra (23)
2. Procedimento e Instrumentos (26)
 - 2.1. Inventário Estado-Traço de Ansiedade (STAI-Y) (27)
 - 2.2. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson - GSS 1 (27)
 - 2.3. Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R) (29)
 - 2.4. Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven (MPER) (30)
 - 2.5. Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC) (30)

IV- Resultados (31)

1. Comparação das medidas de sugestionabilidade entre as duas condições experimentais (31)
2. Análise das correlações (31)
 - 2.1. Inteligência, Auto-conceito e Neuroticismo e Medidas da Sugestionabilidade (32)
 - 2.2. Desejabilidade Social e Medidas da Sugestionabilidade (32)
3. Comparação dos níveis de ansiedade (33)
4. Informação Falsa e Informação Verdadeira na Evocação Final (34)
5. Comparação da Informação Falsa e da Informação Verdadeira na Evocação Imediata e Final (35)

V- Discussão (37)

VI- Conclusões (44)

Bibliografia (48)

Introdução

A avaliação da credibilidade dos testemunhos e dos depoimentos em contexto forense assume particular importância num momento em que se assiste a um crescente aumento da criminalidade, um pouco por todo o território nacional, inserido num contexto de crise socioeconómica que, actualmente, se faz sentir. Esta questão torna-se muito preocupante, se pensarmos que este aumento se faz sentir cada vez mais, entre as camadas jovens. Desta forma, irá, previsivelmente, aumentar o número de jovens presentes a interrogatório policial, o que faz da questão da sugestionabilidade interrogativa, nesta população em concreto, uma área de investigação especialmente pertinente.

Foi com o estudo do testemunho e da sugestão que a Psicologia Forense começou a dar os primeiros passos, na Europa, rumo à sua afirmação e emancipação (Fonseca, 2006). O interesse pela sugestionabilidade interrogativa surge neste contexto, no começo do séc. XX, e a investigação neste domínio tem vindo a registar avanços significativos nos últimos anos (Cunha, Albuquerque, & Freire, 2007).

A sugestionabilidade interrogativa, tal como é definida por Gudjonsson (2003), corresponde ao grau em que, num contexto de interrogatório formal, um indivíduo aceita mensagens enganadoras comunicadas por outrem, alterando as suas respostas em função disso. As consequências deste processo cognitivo podem ir desde depoimentos enviesados até falsas confissões, o que pode resultar, em última instância, em condenações injustas.

Kassin (1997) menciona que um dos problemas do interrogatório policial é a polícia utilizar, frequentemente, o engano, “truques” e táticas psicologicamente coercivas que, por vezes, podem levar uma pessoa a confessar um crime que não cometeu. Sendo a sugestionabilidade interrogativa um factor de risco em qualquer interrogatório policial (Kassin & Gudjonsson, 2004), o seu estudo revela-se fundamental para “proteger” os indivíduos, minimizando ou, mesmo contribuindo para eliminar, o impacto das práticas de pressão sobre os depoimentos ou testemunhos.

Assim, o desenvolvimento do Modelo Teórico de Gudjonsson e Clark e a construção das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson representam um avanço considerável neste campo, possibilitando a

realização de inúmeras investigações.

O presente estudo, de natureza exploratória, além de investigar a expressão da sugestionabilidade interrogativa numa amostra da população geral, constituída por jovens estudantes portugueses, tem como principal propósito averiguar se um procedimento mais breve da versão 1 da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS 1) produz resultados similares, em termos de sugestionabilidade interrogativa, ao procedimento original desta escala. Com este estudo também se pretendeu examinar o impacto do *feedback* negativo no grau de ansiedade dos participantes, verificar se os participantes integram as ideias veiculadas pelo questionamento sugestivo e analisar as correlações existentes entre sugestionabilidade interrogativa e os constructos inteligência não-verbal, neuroticismo, deseabilidade social e auto-conceito.

Trata-se de uma investigação que se espera que contribua para a compreensão da sugestionabilidade interrogativa entre os jovens, nomeadamente, para identificar as variáveis importantes a avaliar neste contexto, e para diminuir os riscos a que as vítimas, testemunhas e arguidos estão sujeitos em qualquer interrogatório policial.

I – Enquadramento conceptual

1. Natureza e Evolução do Conceito de Sugestionabilidade

O conceito de sugestão foi originalmente desenvolvido para explicar o fenómeno da hipnose. Todavia, foi só durante o século XIX, quando alguns investigadores como Bertrand, em 1823, e Braid, em 1846, começaram a encarar a hipnose como um verdadeiro fenómeno psicológico, que a sugestão passou a ser considerada como um aspecto significativo desse tipo de fenómenos (Gheorghiu, 1989; Gudjonsson, 2003).

Em 1910, Bernheim alargou o campo de aplicação do termo sugestão ao afirmar que esta também pode estar presente nos indivíduos durante o estado de vigília, por estar relacionado com fenómenos de natureza social, como a influência que uma pessoa pode exercer sobre outrem (Gudjonsson, 2003). Gheorghiu (1989) refere que a investigação de Bernheim em torno desta temática foi especialmente importante, pelo facto desse autor ter considerado a sugestão “como um princípio fundamental para a explicação

da hipnose em si” (p. 3) e não só como uma forma de induzir esse fenómeno. A este respeito, Gudjonsson (2003) acrescenta que essa expansão do conceito de sugestão significa que, tal como a sugestão é um aspecto importante da hipnose, simultaneamente, a hipnose é, ela própria, caracterizada por elevados níveis de sugestionabilidade. Logo, os indivíduos, efectivamente hipnotizados, também passam a ser vistos como sendo muito susceptíveis à sugestão, o que indica que esta vulnerabilidade é um fenómeno idiossincrático, que representa uma característica própria de cada pessoa (Gudjonsson, 2003).

Os primeiros testes de sugestionabilidade começaram a surgir no início do século XIX, quando o estudo das diferenças individuais se tornou o principal alvo de interesse entre os investigadores. Inicialmente, estes testes avaliavam a influência da sugestão no sistema sensorial e, por isso, eram limitados à avaliação da reacção motora e sensorial do sujeito após a omissão de um estímulo sensorial real que, depois de lhe ser previamente apresentado, era retirado sem este se aperceber (Gudjonsson, 1987, 2003). Tratava-se de testes de natureza indirecta (a intenção da influência era implícita) e, caso a reacção sensorial não cessasse, considerava-se esse indivíduo como sugestionável (Gudjonsson, 2003). Mais tarde, os referidos testes passaram, também, a abranger fenómenos mais complexos, como a mudança de julgamento ou de opinião (Gudjonsson, 1987).

No século XX, Eysenck e Furneaux (1945, cit. por Gudjonsson, 1997), recorrendo à análise factorial, debruçaram-se sobre o estudo da natureza da sugestionabilidade. Como resultado destas investigações, surgiu a constatação da existência de dois tipos independentes de sugestionabilidade: a primária e a secundária. A primeira, profundamente associada ao fenómeno da hipnose, está relacionada com os testes “ideo-motores”, que se baseiam na premissa de que qualquer ideia pode transformar-se numa acção; tais testes avaliam movimentos não voluntários que surgem após as sugestões repetitivas do experimentador (Gudjonsson, 1997, 2003). Por sua vez, a sugestionabilidade secundária, mais relacionada com os conceitos de “ingenuidade” e “engano”, representa uma categoria mais complexa, que inclui a ocorrência de sensações ou percepções, consequentes das sugestões do experimentador, na ausência de bases objectivas que as sustentem (Eysenck, 1947, cit. por Gudjonsson, 1997;

Gudjonsson, 1987).

Eysenck e Fourniaux (1945, cit. por Gudjonsson, 2003), em 1945, levantaram, ainda, a hipótese da existência de um terceiro tipo de sugestionabilidade que, para Gudjonsson (2003), apesar de oferecer menos evidência empírica, parece apresentar algumas semelhanças com a sugestionabilidade interrogativa. Para os dois primeiros autores, a sugestionabilidade terciária compreende as mudanças de atitudes, devido a uma comunicação persuasiva por parte de uma figura de autoridade (Gudjonsson, 2003). O vasto trabalho desenvolvido por Eysenck e Fourniaux levou à revisão das suas investigações e teorias, por autores como Stukat, em 1958, e Evans, em 1967, o que originou o desenvolvimento de vários modelos teóricos sobre sugestionabilidade.

Uma questão que tem suscitado dúvidas e discórdia na comunidade científica prende-se com a compreensão da sugestionabilidade como um traço ou como um estado psicológico. Autores como Eysenck (1947, cit. por Gudjonsson, 2003) e Prideaux (1919, cit. por Gudjonsson, 2003), por exemplo, defendem que a sugestionabilidade pode ser considerada como um traço. Por seu turno, Baxter (1990, cit. por Gudjonsson, 2003), Moston (1990, cit. por Gudjonsson, 2003) Krech e Crutchfield (1948, cit. por Gudjonsson, 2003) consideram a sugestionabilidade como um estado, pois afirmam que ela depende de factores de natureza situacional. Já Stukat (1958, cit. por Gudjonsson, 2003) considera que a sugestionabilidade pode ser influenciada por factores situacionais destacando, contudo, a tendência relativamente estável do indivíduo para ser mais ou menos sugestionável.

Para Gudjonsson (2003) a distinção entre o conceito de sugestão e sugestionabilidade nunca foi claramente apresentada na literatura, uma vez que os investigadores têm vindo a sobrepor as definições de ambos os constructos. Assim, para este autor, a sugestão refere-se a um “estímulo” que contém em si mesmo uma mensagem capaz de suscitar uma reacção/resposta por parte do indivíduo e, por seu turno, a sugestionabilidade diz respeito à tendência de um indivíduo para responder de determinada maneira às sugestões, representando uma característica individual.

Em jeito de síntese, podemos afirmar que o conceito de sugestionabilidade sofreu alterações ao longo do tempo, que possibilitaram a sua demarcação do fenómeno da hipnose e a criação de concepções mais

complexas e vastas. Para tal, em muito contribuiu o interesse pelo estudo das diferenças individuais que conduziu ao desenvolvimento de testes de natureza experimental, cujos resultados se revelaram imprescindíveis para perspectivar a sugestionabilidade interrogativa tal como hoje é conceptualizada.

2. Sugestionabilidade Interrogativa

Como foi mencionado anteriormente, até ao início do século XX foram vários os autores que se debruçaram sobre o estudo dos diferentes tipos de sugestionabilidade. No entanto, nunca empregaram nem abordaram especificamente o conceito de sugestionabilidade interrogativa, até porque esta apresenta características próprias que a distinguem de outros tipos de sugestionabilidade, quase exclusivamente relacionados com experiências motoras e sensoriais.

O conceito de sugestionabilidade interrogativa foi inicialmente utilizado por Binet, no começo do século XX. Foi ele quem recorreu pela primeira vez a um procedimento tipo “interrogatório”, no qual fazia perguntas sugestivas aos sujeitos sobre uma imagem que previamente lhes apresentava (Drake, Bull, & Boon, 2008; Gudjonsson, 2003; Trowbridge, 2003). Neste contexto, Binet foi o primeiro investigador a propor um teste com o qual se avaliava a susceptibilidade dos sujeitos a questões sugestivas. Foi, também, pioneiro no desenvolvimento de um procedimento que visava testar a vulnerabilidade do sujeito a sugestões num contexto potenciador de incerteza, através, por exemplo, da sucessiva contestação das respostas (correctas) fornecidas pelo indivíduo (Gheorghiu, 1989). Influenciados pelo seu trabalho, outros autores como Stern, nos anos 30, e Stukat, nos finais dos anos 50, desenvolveram outros procedimentos de avaliação da sugestionabilidade nos quais incluíram perguntas capciosas (Gudjonsson, 2003).

Porém, foi o trabalho experimental desenvolvido por Stern, por volta de 1938, que forneceu, pela primeira vez, evidência empírica de que as questões sugestivas, por serem construídas de maneira a sugerirem a resposta pretendida, são capazes de influenciar as respostas de certas pessoas (Gudjonsson, 1987; Trowbridge, 2003).

A verdade é que foi com Gudjonsson, a partir de 1980, que a

sugestionabilidade interrogativa foi efectivamente estudada como um fenómeno de grande preponderância, particularmente no contexto forense. Gudjonsson e Clark (2003) definem sugestionabilidade interrogativa como o grau de aceitação de mensagens sugestivas ou enganadoras, que ocorre num interrogatório formal caracterizado por uma interacção social fechada, na qual é exercida pressão interpessoal que afecta as respostas do sujeito. Fala-se, neste âmbito, de interacção social fechada e de interrogatório formal, pois representam duas características do interrogatório policial. Note-se que o modelo teórico desenvolvido pelos autores supracitados baseia-se, sobretudo, no que sucede em contexto forense, nomeadamente, nas condições que podem enviesar o depoimento de uma vítima, suspeito ou testemunha. Este modelo será desenvolvido mais adiante.

Tal como se pode verificar, a definição de sugestionabilidade interrogativa, antes apresentada, faz referência a cinco elementos interligados: a natureza da interacção social, o procedimento de colocação de perguntas, a questão sob a forma de estímulo sugestivo, aceitação deste estímulo e uma resposta comportamental face à sugestão (Gudjonsson, 1987). Há ainda a acrescentar que uma das particularidades deste tipo de sugestionabilidade é o facto de ao longo do processo de questionamento estar permanentemente presente um certo grau de incerteza (Gudjonsson, 1987).

O interesse e o envolvimento de Gudjonsson nesta temática surgiu depois de este ter sido sucessivamente solicitado, pelo tribunal, para avaliar a validade das declarações de vítimas com dificuldades de aprendizagem ou de arguidos que confessaram um crime e, posteriormente, retractaram essa confissão. Confrontado com a escassez de testes apropriados para o efeito, principalmente com aplicação forense, Gudjonsson sentiu necessidade de desenvolver um instrumento que informasse sobre a aquiescência à sugestão dos sujeitos presentes a interrogatório policial. Assim, desenvolveu a primeira das suas duas Escalas de Sugestionabilidade (GSS 1), com o objectivo de avaliar a fiabilidade dos relatos das testemunhas oculares e de vítimas, identificando aquelas que possam ser particularmente vulneráveis a questões sugestivas e à pressão interrogativa e, em consequência, relatarem erroneamente acontecimentos ou até, no caso de agressores, confessarem um crime que não cometeram (Gudjonsson, 1997).

2.1. O Problema dos Interrogatórios Policiais

O crescente interesse pela forma como se processam as entrevistas e os interrogatórios policiais, nomeadamente se são empregues táticas de pressão e de coerção para alterar ou moldar as respostas dos inquiridos, está particularmente associado ao fenómeno das falsas confissões que parece ser cada vez mais comum e intrigante (Baxter, Boon, & Marley, 2006; Kassin *et al.*, 2007). Face a esta manifesta preocupação, foram criados manuais de treino para interrogatórios policiais, sendo um dos mais conhecidos o de Inbau, Reid e Buckley, publicado em 1962, intitulado “*Criminal Interrogation and Confessions*” (Kassin, 1997; Kassin *et al.*, 2007).

As táticas interrogativas mais comuns e sugeridas nos manuais baseiam-se no isolamento (afastar o suspeito de tudo o que lhe seja familiar, pelo que a sala de interrogatório é habitualmente um espaço extremamente despojado), na confrontação com falsas evidências/provas e na minimização (diminuir a importância e providenciar justificação moral para o sucedido, no sentido da confissão parecer um meio seguro para “escapar”) (Kassin, 1997; Kassin & Gudjonsson, 2004).

Em Portugal, podemos recordar o “caso Joana”¹ que recentemente preocupou e dividiu a opinião pública. A mãe de Joana disse ter sido brutalmente agredida por não responder ao que “eles (inspectores) queriam”. “Queriam saber onde estava o corpo [de Joana] e eu dizia que não lhe tinha feito nada, então começavam a espancar-me” (Agência Lusa, 2008). Marinho Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados, disse aos jornalistas que “é altura de acabar com práticas frequentes em que arguidos saem maltratados de interrogatórios” (Agência Lusa, 2009) e ainda que casos como o de Leonor Cipriano “têm de ser eliminados e não varridos para debaixo do tapete (...)” (TSF, 2009). Apesar da ilibação² dos agentes, o tribunal não deixou de considerar que se tratou de um acto grave, cometido por pessoas que têm por obrigação combater o crime (TSF, 2009). Este caso espoletou alguma discussão sobre as práticas utilizadas pelos agentes

¹ Leonor Cipriano, acusada de homicídio e ocultação de cadáver da sua filha Joana de oito anos, afirmou ter sido vítima de agressões, por parte de inspectores e ex-inspectores da Polícia Judiciária, na sequência dos interrogatórios policiais na directoria da PJ de Faro (Agência Lusa, 2009).

² Leonor Cipriano acabou por não conseguir identificar os autores da agressão e os agentes acusados pelo crime de tortura foram, assim, ilibados. Apenas o coordenador do inquérito, Gonçalo Amaral, foi condenado por ter mentido (TSF, 2009).

policiais portuguesas durante os interrogatórios. Não obstante, esta parece ter girado, sobretudo, em torno das consequências físicas (maus-tratos) das mesmas e menos sobre a interferência que tais práticas poderão ter na credibilidade do depoimento. Para além disto, esta questão acabou por ser subvalorizada e mergulhar no esquecimento.

Kassin e Gudjonsson (2004) referem que as falsas confissões sob pressão internalizada, nas quais pessoas inocentes acreditam que cometeram o crime em questão, normalmente, acontecem sob condições de táticas interrogativas bastante sugestivas. Efectivamente, a evidência empírica tem vindo a comprovar que a sugestibilidade é um factor de vulnerabilidade para o surgimento deste tipo de falsas confissões (Goodman & Redlich, 2003; Gudjonsson, 2003; Kassin & Gudjonsson, 2004; Sigurdsson & Gudjonsson, 1996; Trowbridge, 2003).

Mas, as falsas confissões não representam a única consequência da implementação de práticas manipuladoras, embora possam constituir a sua forma mais extrema. As vítimas, suspeitos e as testemunhas oculares também podem ser “enganadas” ou “sugestionadas”, devido à introdução de novas informações sobre um evento já codificado, devido a perguntas capciosas e confrontação com falsas evidências sugeridas como verdadeiras (Trowbridge, 2003).

Gudjonsson (2011) afirma que a sugestibilidade representa uma “vulnerabilidade psicológica” ou um “factor de risco”, pois coloca as testemunhas, vítimas e suspeitos em desvantagem quanto à forma como lidam com características inerentes ao interrogatório e relativamente à capacidade de fornecerem respostas precisas, detalhadas e coerentes, às perguntas dos agentes policiais.

Apesar dos esforços que têm vindo a ser feitos, no sentido de inibir algumas práticas policiais inapropriadas, a verdade é que o interrogatório com táticas opressivas continua a ser comum em muitos países (Drake, Bull, & Boon, 2008).

2.2. Modelo Teórico de Gudjonsson e Clark

Gudjonsson e Clark desenvolveram, em 1986, um modelo teórico sobre o mecanismo da sugestibilidade interrogativa. De acordo como este modelo, o tipo de resposta que o sujeito exhibe, quer seja sugestível ou

não, é o resultado da avaliação cognitiva que faz da situação da entrevista e das estratégias de *coping* que adopta (Drake, 2010b; Gudjonsson, 2003). A principal premissa do modelo é então a de que a sugestionabilidade interrogativa é determinada pelas estratégias de *coping* que cada pessoa desenvolve e implementa para lidar com a incerteza e com as expectativas, que fazem parte do contexto do interrogatório (Gudjonsson, 1997).

As questões sugestivas ou enganadoras (i.e., aquelas que contêm certas premissas e expectativas que indicam, de certa forma, a resposta pretendida), colocadas pelo entrevistador, vão accionar o processo cognitivo que conduzirá o entrevistado ao desenvolvimento de estratégias de *coping* (Gudjonsson, 2003). Por seu turno, este processo é acompanhado por um certo grau de incerteza (não ter a certeza de qual é a resposta certa), de confiança interpessoal (acreditar que o entrevistador tem boas intenções e é honesto) e de expectativas de sucesso³ (o entrevistado acredita que se espera que saiba a resposta certa e definitiva, o que o impede de responder “não sei” ou “não me lembro”) (Gudjonsson, 1997, 2003). Assim sendo, o resultado de todo este processo poderá ser a exibição de uma resposta comportamental ou sugestionada ou resistente à sugestão.

Desta forma, o modelo estabelece que para a maioria das pessoas se mostrar susceptível às sugestões, numa determinada situação de interrogatório, têm que estar presentes, obrigatoriamente, as seguintes condições: elevado grau de incerteza, expectativas de sucesso e confiança interpessoal (Gudjonsson, 1997). É importante ressaltar, que um sujeito só pode ser considerado sugestionável se aceitar internamente as mensagens sugestivas ou, pelo menos, se as considerar como plausíveis (Gudjonsson, 2003). Caso contrário, diz-se que é complacente em vez de sugestionável.

A pressão interrogativa, que se faz sentir na maioria dos interrogatórios policiais, é outro factor com extrema relevância para este referencial teórico. Para Gudjonsson e Clark (Gudjonsson, 1997, 2003), esta pressão é, geralmente, apresentada sob a forma de *feedback* negativo e

³ Hansdottir, Thorsteinsson, Kristinsdottir e Ragnarsson (1990) consideram que a presença de expectativas de sucesso durante o interrogatório permite que a vulnerabilidade à sugestão possa ser manipulada, através da administração de instruções de “grandes expectativas” ou “baixas expectativas” antes de se iniciar o questionamento. No seu estudo com estudantes, os autores verificaram que as instruções de “grandes expectativas” estão associadas a níveis mais elevados de sugestionabilidade do que as instruções de “baixas expectativas”. Adicionalmente, a investigação realizada por Gudjonsson e Hilton (1989, cit. por Hansdottir, *et al.*, 1990) indica que a manipulação das instruções tem um efeito mais poderoso na diminuição do que no aumento da sugestionabilidade.

parece exercer um efeito poderoso nas respostas dos sujeitos. O *feedback* negativo pode ser definido como um tipo de comunicação de não aceitação da resposta, implícita (por exemplo, com a repetição das questões) ou explicitamente apresentado pelo entrevistador às testemunhas, suspeitos ou vítimas para os pressionar, levando-os a alterar ou a distorcer as suas respostas (Gudjonsson, 2003). Trata-se, portanto, de uma forma de o entrevistador comunicar ao indivíduo que a sua resposta é insatisfatória e que, como tal, deve ser alterada.

Assim que o *feedback* negativo é apresentado, os sujeitos tendem a avaliá-lo. Se este for “aceite” inicia-se uma série de reacções emocionais que culminam num aumento da incerteza. Consequentemente, a auto-estima é afectada e a ansiedade aumenta. Por sua vez, os sujeitos confiam menos nos seus julgamentos e desenvolvem estratégias de *coping* menos eficazes, tornando-se mais vulneráveis à influência externa (Gudjonsson, 2003). Este processo cognitivo geral tende a manter-se no questionamento subsequente. Portanto, o *feedback* negativo parece estar mais associado à ansiedade e aos processos de *coping*.

O referido modelo compreende a sugestionabilidade como um traço, devido a estar associada a factores de personalidade e cognitivos. Todavia, ressalva-se que, consoante as particularidades da situação, bem como o tipo de resposta que o sujeito adopta (resistência ou sugestibilidade), esta tendência pode ser amplificada ou diminuída (Gudjonsson, 2003; Trowbridge, 2003).

Logo após o desenvolvimento do modelo teórico de Gudjonsson e Clark, alguns investigadores procederam à sua avaliação empírica. Por exemplo, a maioria dos autores americanos, nomeadamente Schooler e Loftus, baseou-se nos mecanismos cognitivos que explicam a integração da informação sugestiva e inconsciente na memória, designadamente no princípio da detecção da discrepância (Gudjonsson, 2003; Liebman *et al.*, 2002). Assim, Schooler e Loftus (1986), tal como Gudjonsson e Clark, afirmam que a aceitação de sugestões posteriores ao evento é afectada por diversos factores como a incerteza, confiança interpessoal e *feedback* negativo. Todavia, acrescentam que estes são, antes de mais, mediados pelo princípio da detecção da discrepância (Gudjonsson, 2003). De acordo com este princípio, a susceptibilidade à informação enganadora será maior se os

indivíduos não forem capazes de detectar divergências entre a informação pós-evento e as suas recordações originais (Liebman *et al.*, 2002). Por conseguinte, a detecção da discrepância parece depender tanto da força do traço mnésico do evento, como da maneira como as sugestões pós-evento são apresentadas (Gudjonsson, 2003).

Não obstante, o modelo de Gudjonsson e Clark prevê que a inactivação do mecanismo de detecção da discrepância, apesar de necessária, não é suficiente para a pessoa ceder às sugestões, pois existe sempre a possibilidade de esta afirmar que “não sabe” a resposta certa, após ter falhado na detecção da discrepância (Gudjonsson, 2003).

Baxter e Boon (2000) propõem que as informações adquiridas, fortuitamente ou num interrogatório policial, após a codificação de um determinado evento, poderão ser incorporadas em recordações posteriores do mesmo. Por seu turno, Gudjonsson (2003) menciona que, apesar, das pessoas sugestionáveis acreditarem e aceitarem a informação sugestiva, perturbando a confiança que depositam na sua memória, não tem sido provado que, necessariamente, a integrem na recordação do evento e consequentemente nos seus próprios relatos.

2.3. Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson

Gudjonsson (2003) afirma que existem duas formas de sugestionabilidade, relativamente independentes e relevantes em contexto forense. A primeira refere-se à tendência para o sujeito aceitar sugestões subtis veiculadas por determinadas questões (útil para avaliar a fiabilidade dos testemunhos) e a segunda refere-se à propensão do sujeito para modificar uma resposta, após *feedback* negativo por parte do entrevistador (mais relacionada com a ansiedade e estratégias de *coping*). Particularmente vulneráveis à segunda forma de sugestionabilidade parecem ser os adolescentes, quer sejam pertencentes à população forense (delinquentes e jovens que cometeram ofensas criminais) quer se trate de jovens da população geral (Muris, Meesters, & Merckelbach, 2004; Pollard, Trowbridge, Slade, Streissguth, Laktonen, & Townes, 2004; Richardson, Gudjonsson, & Kelly, 1995).

Foi com o objectivo de medir as diferenças individuais existentes nos dois tipos de sugestionabilidade interrogativa supramencionados,

designados, respectivamente, por *Cedência (Yield)* e *Mudança (Shift)*, que Gudjonsson construiu a primeira Escala de Sugestionabilidade (GSS 1) (Gudjonsson, 1987, 2003). Mais tarde, apresentou uma forma paralela da mesma Escala - GSS 2 - cuja única diferença reside no conteúdo semântico da história (a GSS 1 tem informação criminal e a GSS 2 apresenta conteúdo neutro).

A GSS permite identificar indivíduos vulneráveis ao fenómeno da sugestionabilidade interrogativa que, por isso, exigem um cuidado especial e necessitam de protecção das táticas manipuladoras e da pressão interrogativa, que caracterizam frequentemente os interrogatórios policiais. Para além disto, a GSS ainda foi desenvolvida com propósitos de investigação, ou seja, para contribuir para a compreensão do mecanismo da sugestionabilidade interrogativa e das possíveis variáveis mediadoras deste fenómeno complexo (Gudjonsson 1997, 2003).

Apesar da GSS ter sido propositadamente desenvolvida para ser utilizada em contexto forense, nomeadamente, em interrogatórios policiais, também se revela adequada a outro tipo de situações, como sejam entrevistas de emprego (Gudjonsson, 2003). Foi, também, construída de maneira a poder ser aplicada à população geral, a pessoas com dificuldades de aprendizagem, com problemas de saúde mental, a adolescentes e a crianças a partir dos 6 anos de idade. Neste sentido, as escalas de sugestionabilidade foram extensamente testadas e validadas para diferentes populações.

Qualquer uma das formas da GSS é apresentada ao indivíduo como um teste de memória, sendo o principal objectivo o de avaliar a tendência dos sujeitos para serem influenciados, sem se aperceberem disso. Quer a GSS 1, aplicada no presente estudo, quer a GSS 2 inicia-se com a leitura ou com a apresentação em formato áudio de uma narrativa (que descreve um roubo fictício de uma carteira, no caso da GSS 1). Logo de seguida, é pedido à pessoa que reporte tudo aquilo que se recorda sobre a história (evocação livre imediata). Posteriormente, segue-se um intervalo de retenção de 50 minutos que, geralmente é ocupado com a aplicação de outras provas psicológicas, e um ensaio de evocação diferida, no qual se pede novamente ao sujeito para contar tudo o que se lembre da história. Gudjonsson (1997)

refere que é aceitável omitir o intervalo de retenção⁴. Contudo, acrescenta que este, para além de aumentar a dificuldade da tarefa do sujeito, permite obter uma medida da evocação diferida. A seguir, o entrevistador coloca 20 questões específicas sobre a história, das quais 15 são sugestivas, isto é, fazem referência a tópicos não incluídos na história e contêm certas premissas e expectativas que indicam, de alguma maneira, a resposta pretendida. Após o questionamento é administrado o *feedback* negativo, ou seja, comunica-se à pessoa, de forma clara, firme e explícita, que ela “cometeu vários erros (mesmo que não tenha sido cometido nenhum) e, como tal, será necessário repetir as questões mais uma vez” (Gudjonsson, 1997, p. 11). Voltam-se a colocar as mesmas 20 questões que permitem obter os resultados *Cedência 1* (número de questões sugestivas a que o sujeito cede antes de ser administrado o *feedback* negativo), *Cedência 2* (número de questões sugestivas a que o sujeito cede após ser administrado esse *feedback*), *Mudança* (número de respostas alteradas após o *feedback* negativo⁵, independentemente da direcção) e *Sugestionabilidade Total* (somatório das pontuações de *Cedência 1* e *Mudança*).

2.4. Estudos sobre Sugestionabilidade Interrogativa

Gudjonsson (2003) afirma que a melhor forma de testar o fundamento e a lógica de um modelo teórico é perceber até que ponto as hipóteses que dele resultam podem ser corroboradas por estudos empíricos. Neste sentido, desde o desenvolvimento do modelo teórico de Gudjonsson e Clark que se têm vindo a realizar uma panóplia de estudos empíricos⁶ sobre sugestionabilidade interrogativa. A maioria destas investigações, que nem sempre inclui a GSS nos respectivos procedimentos, tem vindo a explorar a

⁴ Estudos empíricos têm encontrado resultados similares utilizando o procedimento completo ou reduzido, ou seja, sem intervalo de retenção e sem evocação diferida (Gudjonsson & Lister, 1984, cit. por Richardson & Kelly, 2004; Pollard *et al.*, 2004).

⁵ Estudos recentes têm demonstrado que a manipulação do comportamento do entrevistador durante o *feedback* negativo (amigável ou abrupto/severo) pode ter efeitos significativos nos resultados da GSS, mais especificamente, pode levar a um aumento do índice de *Mudança* (Baxter & Boon, 2000; Baxter, Boon, & Marley, 2006; McGroarty & Baxter, 2007) e *Cedência 2* (Baxter & Boon, 2000). Gudjonsson e Lister (1984, cit. por Baxter, Jackson, & Bain, 2003) afirmam que o estilo de comportamento abrupto aumenta a distância psicológica entrevistador-entrevistado, pelo que os sujeitos estão mais concentrados em gerir a relação com o entrevistador do que propriamente em emitir respostas correctas e precisas (Baxter & Boon, 2000).

⁶ Para uma revisão bibliográfica de algumas das investigações empíricas realizadas desde o desenvolvimento e publicação da GSS 1, pode ser consultada a obra de Gisli Gudjonsson (2003) intitulada “*The psychology of confessions and interrogations: A handbook*”.

relação entre sugestionabilidade interrogativa e diversas variáveis, como por exemplo: memória (Costa & Pinho, 2010; Cunha, 2010; Muris, Meesters, & Merckelbach, 2004; Neves, 2011; Polczyk, 2005; Pollard *et al.*, 2004), inteligência (Costa & Pinho, 2010; Cruz & Pinho, 2008; Muris *et al.*, 2004; Polczyk, 2005; Pollard *et al.*, 2004), aquiescência (Gudjonsson, 1986; Gudjonsson & Clare, 1995), estratégias de *coping* (Cunha, 2009; Howard & Hong, 2002), *locus* de controlo (Polczyk, 2005), tendências dissociativas (Merckelbach, Muris, Rassin, & Horselenberg, 2000; Polczyk, 2005), propensão para a fantasia (Muris *et al.*, 2004), acontecimentos de vida negativos (Drake, 2010a; Drake, 2010b; Drake, Bull, & Boon, 2008) e detecção de simulação na GSS (Baxter & Bain, 2002; Boon, Gozna, & Hall, 2008; Hansen, Smeets, & Jelicic, 2010; Woolston, Bain, & Baxter, 2006)

Acerca deste tópico, optou-se apenas por fazer referência a investigações que avaliam a relação existente entre sugestionabilidade interrogativa e as variáveis que serão examinadas no presente estudo, designadamente, inteligência não-verbal, auto-conceito, desejabilidade social, neuroticismo e ansiedade.

2.4.1. Sugestionabilidade Interrogativa e Inteligência

A maioria dos estudos efectuados, recorrendo a diferentes tipos de populações, sugere a existência de uma correlação negativa significativa entre sugestionabilidade interrogativa e funcionamento intelectual (Gudjonsson, 2003). O sentido da relação encontrada vai, de certa forma, ao encontro do modelo teórico de Gudjonsson e Clark, que defende que a sugestionabilidade está relacionada com a presença de incerteza que, em parte, parece depender da capacidade de retenção de cada pessoa (mais incerteza quando o traço mnésico está enfraquecido) e existem estudos que mostram que a memória está positivamente correlacionada com inteligência (Gudjonsson, 2003). Por outro lado, as estratégias de *coping* implementadas pelos indivíduos representam um papel decisivo na tendência para aceitarem mensagens sugestivas. As pessoas com um nível intelectual mais baixo apresentam menos recursos para desenvolver estratégias de *coping* suficientemente eficazes (Gudjonsson, 2003).

Num estudo, com jovens delinquentes, realizado por Muris *et al.* (2004), correlacionou-se, entre outras variáveis, a inteligência, medida

através da WISC-R, com a sugestionabilidade interrogativa. Os autores apuraram que baixos níveis de inteligência estavam significativamente associados a resultados elevados de sugestionabilidade.

As investigações que se têm debruçado sobre a análise da relação entre sugestionabilidade e capacidades cognitivas sugerem a existência de um valor limite de QI, a partir do qual esta relação deixa de ser significativa. Gudjonsson (2003) afirma que “um QI médio ou acima da média parece não ter correlação significativa com a sugestionabilidade” (p. 382). A corroborar a primeira hipótese, podemos mencionar uma investigação realizada por Pollard *et al.* (2004), com uma amostra da população geral, com uma média de idades de 26.54 anos, na qual foi possível verificar a existência de uma correlação negativa significativa entre o QI e os resultados da GSS, mas que desapareceu quando foram excluídos da amostra os sujeitos com QI abaixo de 100.

Polczyk (2005) realizou um estudo no qual, para além de avaliar as características psicométricas da versão traduzida para polaco da GSS 1 e GSS 2, replicou algumas das correlações encontradas com a sugestionabilidade. Assim e, no que diz respeito à variável inteligência, aplicou as Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven a estudantes com uma média de 22 anos de idade. Foi possível identificar correlações negativas significativas entre inteligência não-verbal e os resultados *Cedência 1*, *Cedência 2* e *Sugestionabilidade Total*. O autor concluiu que, possivelmente, as competências cognitivas seriam mais importantes e aproveitadas para lidar com questões sugestivas do que propriamente com o *feedback* negativo.

Num estudo realizado em Portugal, procurou-se estudar a sugestionabilidade interrogativa numa amostra geriátrica comparando o desempenho na GSS 1 de um grupo de adultos idosos (idades entre os 78 e 83 anos) com um grupo de adultos jovens (idades entre os 42 e 52 anos) (Cruz & Pinho, 2008). A análise da correlação no que respeita à variável inteligência não-verbal, avaliada através das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR) e Matrizes Estandarizadas de Raven (MER), evidenciou a existência de associações negativas significativas, embora baixas, entre *Sugestionabilidade Total* e Pontuação Total nas MPCR, no grupo dos idosos, e *Sugestionabilidade Total* e Pontuação Total nas MER, nos participantes

adultos jovens. Correlacionou-se, ainda, o resultado *Sugestionabilidade Total* com o tempo de desempenho nas MPCR e nas MER, tendo sido encontradas, em ambos os grupos, relações positivas moderadas. Assim sendo, Cruz e Pinho (2008) concluíram que um desempenho mais rápido nestas provas poderia estar associado a níveis mais elevados de sugestionabilidade. Ainda se procedeu à aplicação do subteste de Vocabulário (WAIS – III) como medida da inteligência verbal, tendo sido encontradas, apenas no grupo dos adultos jovens, correlações negativas significativas, ainda que baixas, entre *Sugestionabilidade Total* e este tipo de inteligência.

Costa e Pinho (2010), recorrendo ao *Bonn Test of Statement Suggestibility* (BTSS; Endres, 1997; tradução e adaptação e validação de Costa, 2008), investigaram, entre outras, a relação entre sugestionabilidade interrogativa e inteligência verbal e não-verbal em crianças de 8 e 9 anos de idade. Constataram que as crianças de 8 anos que obtiveram resultados superiores nas MPCR alcançaram níveis de sugestionabilidade inferiores, comparativamente com crianças com menor desempenho. Já no que concerne ao grupo das crianças mais velhas, esta relação verificou-se relativamente aos dois tipos de inteligência avaliados.

2.4.2. Sugestionabilidade Interrogativa e Auto-conceito

Quanto à relação entre sugestionabilidade interrogativa e auto-estima (constituente do auto-conceito; avaliação que um indivíduo faz a seu respeito) ou auto-conceito (percepção que um indivíduo tem de si próprio) (Vaz Serra, 1995), esta parece apresentar uma tendência negativa, o que, mais uma vez, vem confirmar o modelo teórico de Gudjonsson e Clark⁷. Os resultados de alguns estudos indicaram que os sentimentos de incompetência e falta de poder tendem a aumentar a susceptibilidade do indivíduo à sugestão e que a manipulação da auto-estima durante o questionamento pode aumentar o risco de aceitação de informação sugestiva, especialmente, quando a tarefa é pouco familiar para os sujeitos (Baxter, Jackson, & Bain, 2003; Gudjonsson, 2003).

⁷ O modelo estabelece que quando a auto-estima é afectada, os indivíduos tendem a depositar mais confiança nos outros do que neles próprios, o que faz aumentar a ansiedade e a confiança interpessoal, tornando-se assim mais vulneráveis à sugestionabilidade.

Numa investigação pioneira realizada com rapazes delinquentes, Gudjonsson e Singh (1984, cit. por Gudjonsson, 2003) verificaram que a auto-estima se correlacionava negativa e significativamente com o resultado *Mudança*, sem que o mesmo se verificasse para o indicador *Cedência 1*. Este resultado foi reproduzido num estudo recente realizado por Bain, Baxter e Fellowes (2004), permitindo concluir que as pessoas com um baixo nível de auto-estima podem ser especialmente vulneráveis à pressão interrogativa.

Por seu turno, Baxter, Jackson e Bain (2003), com uma amostra de jovens estudantes universitários, verificaram existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de participantes (“baixa auto-estima” e “elevada auto-estima”) do seu estudo em todas as medidas de sugestionabilidade da GSS 1, sendo que o grupo com auto-estima inferior revelou-se o mais sugestionável. Também constataram que um aumento da distância psicológica entre entrevistador e entrevistado apenas potenciava a sugestionabilidade em sujeitos com baixa auto-estima, uma vez que os indivíduos com auto-estima superior apresentaram ainda mais resistência à pressão interrogativa quando o comportamento do entrevistador era “abrupto”.

Já Drake, Bull e Boon (2008) não encontraram correlações estatisticamente significativas entre os resultados da GSS e auto-estima. Os autores surpresos com os seus resultados, devido à vasta evidência empírica que mostra a relação entre as duas variáveis, afirmaram que estes se poderiam dever ao facto de os participantes, ao completarem o inventário que avaliava a auto-estima, terem registado mais atributos positivos e menos negativos do que o correspondente à realidade.

Um resultado também inesperado foi obtido por Neves, Pinho e Faria (2011), numa investigação realizada em Portugal com amostras da população forense, adolescente e adulta, não institucionalizada⁸. Neste estudo verificou-se a existência de uma correlação, entre auto-conceito, medido através do Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC; Vaz Serra, 1985) e da Escala de Auto-conceito de Piers-Harris para Crianças - 2 (PHSCS – 2; Piers & Herzberg, 2002), e todas as medidas de sugestionabilidade da GSS, no sentido oposto ao previsto segundo a

⁸ Os participantes do estudo estavam a ser acompanhados pela Direcção Geral de Reinserção Social, no âmbito de medidas tutelares ou penais de execução na comunidade.

literatura: foram registadas, para a totalidade da amostra, correlações positivas significativas entre estas variáveis. Isto levou Neves *et al.* (2011) a adiantarem a seguinte hipótese: os acontecimentos traumáticos⁹ ou a experiência de adversidades ao longo da vida poderão, ao afectar a auto-estima, levar ao desenvolvimento de uma “atitude de desconfiança e suspeição, em relação aos outros, como forma de protecção” (p. 43) e, conseqüentemente, à diminuição da vulnerabilidade destes indivíduos à sugestão e pressão interpessoal.

2.4.3. Sugestionabilidade Interrogativa, Desejabilidade social e Neuroticismo

No que concerne à desejabilidade social, Gudjonsson (2003) propôs que as pessoas que têm mais necessidade de se apresentarem com uma imagem socialmente favorável, para obterem a aprovação de outrem, seriam mais susceptíveis à sugestionabilidade. Deste modo, o autor conduziu um estudo, em 1983, no qual verificou que o resultado *Sugestionabilidade Total* da GSS 1 se correlacionava, de forma modesta e significativa, com a desejabilidade social avaliada pelo Questionário de Personalidade de Eysenck (EPQ; Eysenck & Eysenck, 1975). Assim, poder-se-ia dizer que existe uma correlação positiva entre desejabilidade social e sugestionabilidade interrogativa, embora esta tenda a ser baixa e nem sempre significativa (Gudjonsson, 2003).

Richardson e Kelly (2004), no seu estudo com rapazes delinquentes institucionalizados, aplicaram o EPQ-J (Questionário de Personalidade de Eysenck – forma para jovens) para avaliar a desejabilidade social. Os resultados mostraram a existência de uma correlação positiva baixa, mas significativa, entre a Escala de Mentira e o índice *Cedência 1* e a Escala de Mentira e *Sugestionabilidade Total*.

Num estudo já mencionado no ponto 2.3.1, executado por Polczyk (2005), foi possível constatar que a desejabilidade social, medida pela Escala Marlowe-Crowne (Crowne & Marlowe, 1960), apenas se correlacionou de

⁹ A evidência empírica tem vindo a comprovar a existência de uma associação positiva entre o número e a intensidade de eventos de vida negativos e propensão para a sugestionabilidade (Drake, 2010a; Drake, 2010b; Drake, Bull, & Boon, 2008). Estes acontecimentos parecem exercer um efeito na auto-estima e nas expectativas de auto-eficácia dos sujeitos o que, durante a entrevista, faria aumentar o grau de incerteza e as expectativas de sucesso (Drake, 2010b).

forma positiva e significativa com o resultado *Mudança*, embora a associação também fosse baixa. Tal significa que os sujeitos, que sentem mais necessidade de mostrar uma imagem socialmente favorável, tentam obter melhores resultados depois de lhes ser dito que cometeram erros nas respostas, o que se traduz em mais alterações de respostas prévias.

Por sua vez, Neves *et al.* (2011), na investigação já mencionada no ponto 2.3.2., encontraram, para a junção das amostras, correlações positivas, ainda que baixas, que atingiram o limiar da significância estatística, entre deseabilidade social, avaliada através da escala de *Mentira* do EPQ, e o resultado *Cedência 1*.

O traço de personalidade Neuroticismo (N) tem sido usado em muitas investigações como medida da ansiedade-traço, uma vez que Eysenck e Wilson (1986) consideram que tipicamente um N elevado corresponde a uma pessoa nervosa, ansiosa, de humor variável, susceptível, agitada, excitável e emocionalmente instável. Os estudos com a GSS têm apresentado resultados algo contraditórios. Mesmo assim, Gudjonsson (2003) refere que a evidência empírica tem revelado a existência de uma relação fraca entre sugestionabilidade e ansiedade-traço. Num estudo original com a GSS 1, o autor encontrou uma correlação positiva significativa, apesar de baixa, entre *Sugestionabilidade Total* e o índice de Neuroticismo medido pelo EPQ (Gudjonsson, 1983, cit. por Gudjonsson, 2003). Wolfradt (2003, cit. por Polczyk, 2005) recorrendo ao NEO-Inventário dos Cinco Factores (NEO-FFI; Costa & McCrae, 1992), observou também uma correlação positiva entre sugestionabilidade e a Escala de Neuroticismo. Também Drake (2010a) constatou uma correlação positiva significativa mas baixa, entre o resultado *Mudança* e Neuroticismo, medido pelo NEO- Inventário de Personalidade- Forma Revista (NEO-PI-R; Costa & McCrae, 1992). No entanto, os estudos de Haraldsson (1985, cit. por Gudjonsson, 2003), Polczyk (2005), Richardson e Kelly (2004) não replicaram estes resultados, não tendo sido encontrada nenhuma associação significativa entre estas duas variáveis.

2.4.4. Sugestionabilidade Interrogativa e Ansiedade

Considerando que, um dos objectivos do presente estudo se prende com o impacto do *feedback* negativo no nível de ansiedade dos participantes

e não tanto com a análise da correlação entre sugestionabilidade e ansiedade, iremos, de seguida, focar-nos sobretudo nos estudos sobre o efeito do *feedback* negativo na ansiedade-estado.

A evidência empírica tem indicado que a sugestionabilidade está positiva e significativamente associada à ansiedade. Porém, essa relação é claramente mais forte com a ansiedade-estado (estado emocional transitório) do que com a ansiedade-traço (tendência relativamente estável no que diz respeito à manifestação e sentimento de ansiedade) (Gudjonsson, 2003). Perante esta constatação, impõe-se a seguinte questão: o que poderá, realmente, contribuir para os sujeitos se sentirem especialmente ansiosos durante a avaliação e se sobrepõe à sua tendência generalizada para a ansiedade? O estudo de Gudjonsson, em 1988, com o intuito de corroborar a hipótese de que a ansiedade-estado está mais fortemente correlacionada com a sugestionabilidade do que a ansiedade-traço, fornece uma resposta a esta questão. O autor procedeu à administração do STAI em dois momentos diferentes da GSS: antes dos sujeitos serem interrogados e após questionamento e *feedback* negativo. Assim, encontrou correlações significativamente mais elevadas entre a sugestionabilidade e ansiedade-estado medida depois do questionamento e do *feedback* negativo do que com a ansiedade-estado avaliada previamente a esse *feedback* (Gudjonsson, 2003). Perante estes resultados e, tomando em consideração as baixas correlações entre sugestionabilidade e ansiedade-traço até então constatadas, Gudjonsson (2003) concluiu que a ansiedade que os sujeitos sentem durante o interrogatório (também devida ao *feedback* negativo) tem mais importância do que a sua disposição generalizada para a ansiedade. Verificou ainda que os resultados *Mudança* e *Cedência 2*, em ambas as condições de administração, estavam correlacionados mais fortemente com a ansiedade-estado do que o resultado *Cedência 1*. Tal permitiu-lhe afirmar que, a reacção dos sujeitos ao *feedback* negativo teria mais influência na ansiedade-estado do que as próprias questões sugestivas.

Num estudo mais recente, McGroarty e Baxter (2007) analisaram, numa amostra de estudantes, o impacto de dois tipos de *feedback* verbal (*feedback* negativo e neutro) na ansiedade-estado dos participantes. Estes autores não administraram, neste estudo, a GSS, mas um procedimento tipo interrogatório que lhes permitiu analisar o efeito isolado do *feedback*

negativo. Verificaram que o grupo de participantes ao qual foi administrado *feedback* negativo apresentou níveis mais elevados de ansiedade-estado do que o grupo de participantes da condição “*feedback* neutro”. Constataram, ainda, a existência de uma correlação significativa positiva entre ansiedade-estado e o número de respostas modificadas após o *feedback*, recorrendo para esta análise à totalidade dos participantes.

Numa investigação levada a cabo por Tata e Gudjonsson (1990, cit. por McGroarty & Baxter, 2007) verificou-se que os participantes que receberam *feedback* verbal negativo obtiveram resultados mais elevados na GSS (indicadores de maior sugestibilidade) comparativamente com aqueles aos quais foi administrado *feedback* verbal positivo. Adicionalmente, também, foi possível constatar que o *feedback* negativo teve um efeito potenciador dos níveis de ansiedade, depressão e hostilidade.

Os resultados dos estudos acima mencionados permitem-nos afirmar que o *feedback* negativo contém em si mesmo propriedades que podem aumentar a ansiedade e, conseqüentemente, capazes de interferir com o desenvolvimento de estratégias de *coping* e, certamente, diminuir a confiança do indivíduo nos seus próprios julgamentos, levando-o, no final, a alterar as suas respostas.

2.4.5. Versão Breve da GSS

A existência de uma versão abreviada da GSS é extremamente útil, sobretudo para situações em que o tempo é um factor decisivo. Recentemente, com o objectivo de perceber até que ponto formas mais breves de administração da GSS produziram os mesmos resultados em termos de sugestibilidade, Smeets, Leppink, Jelicic e Merckelbach (2009) dividiram equitativamente 80 jovens estudantes universitários, que constituíam a sua amostra, por quatro grupos/condições: um primeiro grupo ao qual administraram o procedimento original da GSS; um segundo grupo cujo procedimento não continha nem intervalo de retenção nem evocação diferida; um terceiro grupo sem os múltiplos testes de evocação e sem o intervalo de retenção; e um quarto grupo no qual o procedimento incluiu o intervalo de retenção sem os múltiplos ensaios de evocação.

Smeets *et al.* (2009) formularam como hipótese a ausência de diferenças estatisticamente significativas entre as quatro condições. Para tal,

basearam-se no princípio da “detecção da discrepância” e concluíram que a GSS contém elementos que tanto promovem como dificultam essa detecção. Os múltiplos testes de evocação aumentam a força do traço mnésico, mas, por outro lado, a presença do intervalo de retenção faz com que sejam esquecidos vários detalhes sobre o evento tornando a memória dos indivíduos mais vulnerável à influência da informação sugestiva. Neste sentido, os investigadores anteviram que o produto resultante da oposição destes dois efeitos seria semelhante ao do procedimento mais breve da GSS, ou seja, àquele que não inclui ensaios de evocação e nem intervalo de retenção.

Os resultados obtidos mostraram que não existiam diferenças estatisticamente significativas entre os quatro grupos de participantes. Por conseguinte, Smeets *et al.* (2009) concluíram que os resultados da GSS não dependiam nem dos múltiplos ensaios de evocação nem do intervalo de retenção de 50 minutos.

II - Objectivos e Hipóteses

O presente estudo procurou comparar a expressão da sugestionabilidade interrogativa numa amostra de jovens portugueses, dos 16 aos 19 anos. Mais concretamente, teve como principal objectivo verificar se um procedimento mais breve (omissão do ensaio de evocação livre diferida) da GSS 1 produz resultados similares, em termos de sugestionabilidade interrogativa, ao procedimento original desta escala. Foram ainda considerados os seguintes objectivos: averiguar o impacto do *feedback* negativo no grau de ansiedade dos participantes, verificar se os participantes integram as ideias veiculadas pelo questionamento sugestivo (mediante a inclusão de um ensaio adicional de evocação diferida, no final da GSS 1) e examinar as correlações existentes entre sugestionabilidade interrogativa e os constructos inteligência não-verbal, neuroticismo, desejabilidade social e auto-conceito.

Considerando os objectivos propostos e a revisão dos estudos anteriores, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: Não existem diferenças estatisticamente significativas, no que

respeita à sugestionabilidade interrogativa entre o grupo de controlo (aplicação do procedimento original) e o grupo experimental (aplicação do procedimento abreviado).

H2: Existem diferenças estatisticamente significativas, em ambos os grupos, entre o grau de ansiedade-estado medido antes e após o *feedback* verbal negativo, apresentando o último momento de avaliação valores mais elevados.

H3: Existe uma correlação negativa e estatisticamente significativa, em ambos os grupos, entre sugestionabilidade e inteligência não-verbal.

H4: Existem correlações positivas e estatisticamente significativas, em ambos os grupos, entre sugestionabilidade e os traços de personalidade neuroticismo e desejabilidade social.

H5: Existe uma correlação negativa e estatisticamente significativa, em ambos os grupos, entre sugestionabilidade e auto-conceito.

Perante a ausência de estudos publicados sobre a incorporação de informação veiculada pelas questões sugestivas da GSS 1, assumindo uma abordagem completamente exploratória, colocou-se a seguinte questão: será que os participantes irão incluir no relato da história da GSS 1 as sugestões propiciadas durante o questionamento?

III - Metodologia

1. Amostra

Os Quadros 1 e 2 referem-se à caracterização das subamostras do presente estudo. A amostra é constituída por 70¹⁰ estudantes do Ensino Secundário (11º e 12º ano) e do 1º ano do Ensino Superior¹¹, com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos.

Os sujeitos foram distribuídos aleatoriamente por duas condições

¹⁰ Dos 72 sujeitos que compunham a amostra inicial foram excluídos dois, por apresentarem um resultado na prova de inteligência inferior ao percentil 25. Utilizou-se, ainda, como critério de exclusão a existência de reprovações ao longo do percurso escolar.

¹¹ Trata-se de alunos de Escolas Secundárias pertencentes ao concelho de Tondela, Viseu e Coimbra e, também, alunos da Universidade de Coimbra.

experimentais: grupo experimental (aplicação do procedimento abreviado da GSS 1, isto é, sem o ensaio de evocação diferida) e grupo de controlo (procedimento original da GSS 1). Cada condição é constituída por 35 participantes. O grupo experimental é constituído por 15 jovens do sexo masculino e 20 do sexo feminino, entre os 16 e os 19 anos ($M = 17.37$, $DP = .77$). Por seu turno, o grupo de controlo é composto por 15 alunos do sexo masculino e 20 do sexo feminino, entre os 16 e os 19 anos ($M = 17.23$, $DP = .84$).

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, entre os dois grupos, no que diz respeito às variáveis idade [$t(68) = -.74$, $p = 0.462$, $d = .17$], escolaridade [$\chi^2(2, N = 70) = 1.16$, $p = .587^{12}$], distrito de residência [$\chi^2(1, N = 70) = 2.92$, $p = 0.198^{13}$], inteligência [$t(68) = -1.64$, $p = .105$, $d = .39$], auto-conceito [$t(68) = -.30$, $p = .768$, $d = .07$] e neuroticismo [$t(68) = .46$, $p = .644$, $d = .11$]. Verificou-se que os dois grupos apenas diferem significativamente no que respeita ao resultado desejabilidade social [$t(68) = -2.38$, $p = .020$]. O tamanho do efeito desta diferença é médio¹⁴ ($d = .57$).

¹² Utilizou-se o Teste da Probabilidade Exacta de Fisher, dado que 50% das células apresentaram uma probabilidade esperada inferior a 5.

¹³ Ver o comentário anterior.

¹⁴ Recorreu-se à classificação de Cohen (1988).

Quadro 1. Características do grupo experimental

Grupo Experimental				
	<i>N</i>	Frequência	Média (DP)	Amplitude
Idade	35		17.37 (.77)	16-19
Ano escolar	11ºano	11	31.4%	
	12ºano	23	65.7%	
	1ºano Ensino Superior	1	2.9%	
Género	Masculino	15	42.9%	
	Feminino	20	57.1%	
Distrito da residência	Viseu	34	97.1%	
	Coimbra	1	2.9%	
Inteligência	35		52.91 (4.11)	27.5-100
Auto-conceito	35		77.26 (6.89)	63-97
Neuroticismo	35		9.43 (5.01)	1-18
Desejabilidade Social	35		9.29 (3.62)	1-16

Quadro 2. Características do grupo de controlo

Grupo de Controlo					
		<i>N</i>	Frequência	Média (<i>DP</i>)	Amplitude
Idade		35		17.23 (.84)	16-19
Ano escolar	11ºano	14	40%		
	12ºano	19	54.3%		
	1ºano Ensino Superior	2	5.7%		
Género	Masculino	15	42.9%		
	Feminino	20	57.1%		
Distrito da residência	Viseu	30	85.7%		
	Coimbra	5	14.3%		
Inteligência		35		51.14 (4.88)	25-99.2
Auto-conceito		35		76.77 (6.83)	57-86
Neuroticismo		35		10,00 (5.30)	0-21
Desejabilidade Social		35		7.31 (3.31)	1-13

2. Procedimento e instrumentos

Uma vez obtidas as autorizações necessárias à realização do estudo, procedeu-se à avaliação individual dos participantes em sessões com duração aproximada de 60 minutos. O intervalo entre a evocação imediata e diferida, da GSS 1, foi preenchido com a administração de provas psicológicas previamente seleccionadas. No grupo experimental, dado não ter lugar o ensaio de evocação diferida acrescentou-se, aos 50 minutos definidos para o intervalo de retenção da GSS 1, mais dois minutos, o que aproximadamente corresponde à duração da tarefa de evocação. Em ambos os grupos, incluiu-se no procedimento um ensaio adicional de evocação, realizado logo após o termo da GSS (evocação final). Por cada unidade de

informação completa, contida nas 15 perguntas sugestivas (nova informação falsa) ou nas 5 neutras (nova informação verdadeira), adicionada pelos sujeitos no relato final da história, atribuiu-se um ponto. Caso se tratasse de uma ideia incompleta, referente ao conteúdo de alguma pergunta, atribuiu-se meio ponto. Para analisar a inclusão de nova informação, procedeu-se à comparação do ensaio de evocação final com o ensaio de evocação imediata.

A história da GSS 1 foi apresentada aos participantes em formato áudio e todas as tarefas de evocação (imediata, diferida e final) foram gravadas e posteriormente transcritas.

De seguida, serão apresentados, por ordem de aplicação, os instrumentos de avaliação psicológica utilizados.

1.1. Inventário Estado-Traço de Ansiedade (STAI-Y)

O STAI-Y (Spielberger, 1983) é um inventário de auto-resposta, aplicável a partir do 10º ano de escolaridade ou a idade equivalente, que se encontra aferido para a população portuguesa (Silva, 2003). Avalia duas dimensões da ansiedade (estado de ansiedade e traço de ansiedade) através de duas escalas compostas por 20 itens cada, estando as respostas formuladas numa escala tipo *Likert* (1 a 4 pontos). No presente trabalho, tendo em conta os objectivos visados, apenas se administrou aos participantes a escala destinada a medir a Ansiedade-Estado. Deste modo, aplicou-se a respectiva escala antes de se iniciar a GSS 1 e voltou a administrar-se imediatamente após o *feedback* negativo.

Os estudos efectuados por Silva e Campos (1998, cit. por Silva, 2003), com a forma final do STAI-Y, revelam valores de consistência interna bastante satisfatórios.

1.2. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson - GSS 1

Uma vez que o procedimento das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (Gudjonsson, 1997; versão portuguesa de Capelo, Cruz, Freitas, Furtado, Pinto, Rebelo, & Pinho, 2007) foi precedentemente apresentado, seguidamente serão apenas descritos os resultados que se podem obter com a aplicação da GSS, bem como as propriedades psicométricas desta escala.

Assim, os resultados que se podem obter com a GSS (Gudjonsson, 2003) são os seguintes:

- Evocação Imediata: fornece informação sobre as capacidades de atenção, concentração e de memória a curto e a longo prazo. Obtém-se somando os pontos provenientes de cada ideia correctamente evocada sobre a história (máx. 40 pontos).

- Evocação Diferida: obtida 50 minutos depois da evocação imediata, permite conhecer informação similar à do resultado supracitado, sem o contributo da memória a curto prazo. Geralmente, a diferença de pontos entre este índice e o anterior é de um ou dois pontos.

- Cedência 1: número de questões sugestivas a que o sujeito cede antes da administração do *feedback* negativo. Sendo a GSS 1 composta por 15 questões sugestivas, o máximo de pontuação possível de obter neste índice é 15 pontos.

- Cedência 2: número de questões sugestivas a que o sujeito cede após a administração do *feedback* negativo (máx. 15 pontos). Informa-nos acerca da direcção da mudança e da forma como a pressão interrogativa afecta a susceptibilidade às sugestões. Habitualmente, este resultado é um ou dois pontos acima do supradito, o que significa que a tendência é para um aumento da sugestionabilidade.

- Mudança: número de respostas alteradas (independentemente da direcção) a seguir à apresentação do *feedback* negativo. Inclui tanto as respostas às 15 questões sugestivas como às 5 neutras (máx. de 20 pontos). Informa-nos da susceptibilidade do sujeito à pressão interrogativa.

- Sugestionabilidade Total: indica o nível global de sugestionabilidade do indivíduo e obtém-se somando as pontuações do resultado *Cedência 1* e *Mudança*.

- Confabulação: avalia a ocorrência de erros relacionados com o processamento da informação na memória, nomeadamente, a substituição de lacunas com informação que as pessoas imaginam e acreditam ser verdadeiras. Obtém-se somando o número de *Fabricações* (qualquer informação adicionada à história) e *Distorções* (qualquer distorção no conteúdo da história) nos ensaios de evocação imediata e diferida.

Com o objectivo de avaliar as propriedades psicométricas da GSS, foram conduzidas diversas investigações que, de forma geral, concluíram que os índices de consistência interna, acordo inter-avaliadores e de

estabilidade teste-reteste, relativos às três subescalas (*Cedência, Mudança e Sugestionabilidade Total*), são adequados (Gudjonsson, 1997, 2003; Merckelbach, Muris, Wessel, & van Koppen, 1998; Muris *et al.*, 2004; Polczyk, 2005). Por sua vez, os estudos de análise factorial têm revelado a existência de dois factores, respectivamente Cedência e Mudança, que correspondem aos dois tipos independentes de sugestionabilidade interrogativa apontados no modelo teórico de Gudjonsson e Clark (Gudjonsson, 1997, 2003).

Numa investigação realizada recentemente Gignac e Powell (2009), estimou-se a consistência interna para a subescala *Mudança* através de modelação com variáveis latentes (*latent variable modeling approach*) ao invés do cálculo do alfa de *Cronbach*, e foi encontrado um valor de consistência interna inaceitavelmente baixo. Os autores explicaram que esta discrepância, entre o resultado obtido no seu estudo e aqueles que tinham sido verificados em estudos anteriores, se devia ao facto da fórmula do alfa de *Cronbach* enviesar (aumentando) a confiabilidade, nos casos em que existe uma correlação positiva entre duas pontuações que estão na base do cálculo de um escore resultante da diferença de pontuações.

1.3. Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R)

Neste estudo, foi utilizada a versão do EPQ-R (Eysenck, Eysenck, & Barrett, 1985) que está a ser aferida para a população portuguesa¹⁵. Sendo assim, os dados que lhe dizem respeito são, ainda, de carácter provisório.

O EPQ-R é um inventário de auto-resposta, constituído por 96 itens de resposta dicotómica (Sim/Não), que avalia a personalidade em quatro dimensões: Neuroticismo, Psicoticismo, Escala de Mentira e Extroversão (Fonseca, Eysenck, & Simões, 1991). Relativamente à Escala de Mentira, (medida de Desejabilidade Social), e ao factor Neuroticismo, de especial interesse neste estudo, não se prevêem grandes alterações após a conclusão da versão final do questionário. Os valores do alfa de *Cronbach* obtidos para a Escala de Mentira e para o Neuroticismo foram, respectivamente, .78 e .86.

¹⁵ Agradece-se ao Dr. Pedro Almiro (bolseiro de doutoramento da FCT), autor do estudo de aferição do EPQ-R para a população portuguesa, ter-nos cedido esta versão, assim como informação sobre as suas características psicométricas.

1.4. Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven (MPER)

As Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven (Raven, Court, & Raven, 1996; versão port. Infoteste, 1998) permitem avaliar a inteligência não-verbal, mais especificamente a capacidade dedutiva e de raciocínio. Este instrumento é constituído por cinco séries, com nível de dificuldade progressivo, compostas por 12 figuras incompletas. A tarefa do sujeito consiste em seleccionar, entre as várias alternativas, a que corresponde à parte que falta e que completa correctamente o padrão. Permite-nos obter um resultado bruto que, posteriormente, pode ser convertido em percentil. Pode ser aplicada a todos os grupos etários embora, para crianças, seja mais comum a utilização das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR; Raven, 1947; Simões, 2000).

Foram realizados mais de quarenta estudos de fiabilidade com as MPER (Raven, Court, & Raven, 1996). Tanto no que respeita à consistência interna, como à estabilidade teste-reteste, os resultados registados indicam valores bastantes satisfatórios.

1.5. Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC)

O ICAC (Vaz Serra, 1985) é um inventário de auto-resposta, com uma escala tipo *Likert*, composto por 20 itens. Tem como objectivo “medir os aspectos emocionais e sociais do auto-conceito” (Serra, 1995, p. 151). Permite o cálculo de um valor global de auto-conceito, bem como de quatro factores específicos: aceitação/rejeição social; auto-eficácia; maturidade psicológica e actividade/impulsividade. É aplicável a sujeitos a partir dos 15 anos de idade.

Este inventário apresenta bons níveis de estabilidade temporal e de consistência interna (Serra, 1995).

IV - Resultados

1. Comparação das medidas de sugestionabilidade entre as duas condições experimentais

O Quadro 3, exposto de seguida, apresenta as médias e os respectivos desvios-padrão dos resultados obtidos com a GSS1 (medidas de sugestionabilidade interrogativa e memória), em ambos os grupos deste estudo.

Quadro 3. Médias e desvios-padrão dos resultados Evocação Imediata, Evocação Diferida, Cedência 1, Cedência 2, Mudança e Sugestionabilidade Total

	Grupo de controlo (N=35)		Grupo Experimental (N=35)	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Evocação Imediata	19.71	5.25	19.21	5.50
Evocação Diferida	17.59	5.07		
Cedência 1	4.54	2.63	4.69	3.01
Cedência 2	5.89	3.21	5.80	3.27
Mudança	3.66	2.09	3.29	2.42
Sugestionabilidade Total	8.20	3.68	7.91	4.37

A análise destes valores revelou que as médias das duas subamostras não se diferenciam, significativamente, em qualquer uma das medidas consideradas¹⁶ [$t(68)_{\text{Evocação imediata}} = .39, p = .698, d = .09$; $t(68)_{\text{Cedência1}} = -.21, p = .833, d = .05$; $t(68)_{\text{Cedência2}} = .11, p = .912, d = .03$; $t(68)_{\text{Mudança}} = .69, p = .494, d = .16$; $t(68)_{\text{Sugestionabilidade Total}} = .30, p = .768, d = .07$].

2. Análise de Correlações

Com o objectivo de verificar associações existentes entre as diversas variáveis, contempladas nas hipóteses deste estudo e as medidas de

¹⁶ Realizaram-se análises de poder *post hoc* recorrendo ao programa *GPower* 3 (<http://www.psych.uni-duesseldorf.de/abteilungen/aap/gpower3/>), com $\alpha = .05$, teste bicaudal e constatou-se que o poder obtido para as medidas *Cedência 1*, *Cedência 2* e *Mudança* foi de 5% e para *Sugestionabilidade Total* foi de 21%. Para além disto, procedeu-se ainda ao cálculo da magnitude do efeito para o grupo experimental do estudo de Smeets *et al.* (2009) no qual não se realizou o intervalo de retenção e evocação diferida, apenas o ensaio de evocação imediata. Os valores obtidos foram os seguintes: $d_{\text{Cedência1}} = .39$; $d_{\text{Cedência2}} = .03$; $d_{\text{Mudança}} = .22$; $d_{\text{Sugestionabilidade Total}} = .14$. Constatou-se ainda, com recurso ao *GPower* 3, que o tamanho da amostra teria que aumentar para $N = 12580, 34960, 970, 5060$ para que as diferenças entre os dois grupos quanto a *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*, respectivamente, atingissem o limiar de significância estatística.

sugestionabilidade interrogativa procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson*, para a totalidade da amostra. No que respeita ao resultado Desejabilidade Social (escala de Mentira do EPQ-R), procedeu-se ao cálculo das correlações para cada grupo em separado, pois, tal como referido anteriormente, os grupos diferem significativamente nesta medida.

2.1. Inteligência, Auto-conceito e Neuroticismo e Medidas da Sugestionabilidade

A matriz de correlações exposta no Quadro 4 apresenta os resultados do coeficiente r de *Pearson* e os respectivos valores da significância, para a totalidade da amostra.

Quadro 4. Correlações Produto-Momento de *Pearson* para totalidade da amostra

		Auto-conceito	Inteligência	Neuroticismo
Cedência 1	r	.22	-.21	-.06
	p	.067	.078	.650
Cedência 2	r	.05	-.20	-.08
	p	.711	.090	.510
Mudança	r	-.11	-.09	-.09
	p	.364	.480	.459
Sugestionabilidade Total	r	.07	-.18	-.08
	p	.559	.144	.491

* $p \leq .05$ e ** $p < .01$

Através da inspeção do Quadro 4, pode constatar-se que não foi apurada a existência de qualquer correlação, que atingisse o limiar de significância estatística, entre as variáveis consideradas.

2.2. Desejabilidade Social e Medidas de Sugestionabilidade

No Quadro 5 podem encontrar-se os resultados do coeficiente r de *Pearson* e os respectivos valores da significância, entre a variável Desejabilidade Social e as diversas medidas de sugestionabilidade, para o

grupo de controlo e para o grupo experimental, separadamente.

Quadro 5. Correlações Produto-Momento de Pearson para o Grupo de Controlo e para o Grupo Experimental

		Grupo de Controlo	Grupo Experimental
		Desejabilidade Social	Desejabilidade Social
Cedência 1	<i>r</i>	.39*	-.09
	<i>p</i>	.020	.591
Cedência 2	<i>r</i>	.46**	.13
	<i>p</i>	.005	.469
Mudança	<i>r</i>	.14	.23
	<i>p</i>	.438	.187
Sugestionabilidade Total	<i>r</i>	.36*	.07
	<i>p</i>	.035	.673

* $p \leq .05$ e ** $p < .01$

As únicas correlações com significância estatística verificaram-se no Grupo de Controlo e são as seguintes: correlação positiva e baixa¹⁷ entre a variável Desejabilidade Social e o resultado *Cedência 1* [$r_{(33)} = .39$, $p = .020$], associação positiva moderada [$r_{(33)} = .46$, $p = .005$] entre Desejabilidade Social e *Cedência 2*, e correlação positiva baixa, entre *Sugestionabilidade Total* e a variável Desejabilidade Social, que vai no sentido positivo [$r_{(33)} = .36$, $p = .035$].

3. Comparação dos níveis de Ansiedade

Procedeu-se à comparação dos níveis de ansiedade obtidos pelos participantes de cada grupo, nos dois momentos da avaliação (início da sessão da avaliação e após a administração do *feedback* negativo na GSS). Para efectuar esta análise utilizou-se o teste estatístico *t-student* para amostras emparelhadas.

No Quadro 6 encontram-se os valores da média e do desvio-padrão relativos à variável ansiedade, obtidos antes e após o *feedback*, pelos sujeitos do grupo de controlo.

¹⁷ Recorreu-se à classificação de Pestana e Gageiro (2005) para a análise qualitativa das correlações.

Quadro 6. Médias e desvios-padrão da ansiedade antes e após o *feedback* negativo no grupo de controlo

Grupo de Controlo			
		<i>M</i>	<i>DP</i>
Ansiedade	Antes do <i>feedback</i>	33.57	5.19
	Após o <i>feedback</i>	36.20	6.37

A comparação das médias obtidas neste grupo revelou a existência de diferenças significativas entre as duas medidas de ansiedade, apresentando o último momento valores mais elevados [$t(34) = -2.44, p = .020$]. A magnitude destas diferenças revelou-se média ($d = .46$).

O Quadro 7 refere-se aos valores da média e do desvio-padrão respeitantes à variável ansiedade, obtidos nos dois momentos já referidos, considerando o grupo experimental.

Quadro 7. Médias e desvios-padrão da ansiedade antes e após o *feedback* no grupo experimental

Grupo experimental			
		<i>M</i>	<i>DP</i>
Ansiedade	Antes do <i>feedback</i>	33.66	6.43
	Após o <i>feedback</i>	33.63	8.72

Nesta condição experimental, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as médias apuradas para a medida ansiedade [$t(34) = .03, p = .978, d = .00$] nos dois momentos.

4. Informação Falsa e Informação Verdadeira na Evocação Final

Os valores das médias, desvios-padrão e amplitude concernentes à proporção de nova informação falsa e nova informação verdadeira, incluídas na evocação final (após a repetição das 20 questões da GSS 1), considerando

a amostra total¹⁸, encontram-se apresentados no Quadro 8. Os resultados Nova Informação Falsa e Nova Informação Verdadeira dizem respeito à quantidade de informação, proporcionada, respectivamente, pelas quinze perguntas sugestivas e pelas cinco neutras, que foi incorporada pelos sujeitos, no relato final da história da GSS1.

Quadro 8. Médias, desvios-padrão da proporção de Nova Informação Falsa e Nova Informação Verdadeira na Evocação Final

		<i>M</i>	<i>DP</i>
Nova Informação	Falsa	.05	.08
	Verdadeira	.12	.16

Tal como se pode verificar, a quantidade de informação falsa e verdadeira, adicionada na evocação final, comparada com o número total de informações, sugestivas e correctas, proporcionadas pelo questionamento, é muito baixa.

5. Comparação da Informação Falsa e da Informação Verdadeira na Evocação Imediata e Final

Calculou-se uma ANOVA mista 2 (momento da evocação: evocação imediata e evocação final) x 2 (tipo de grupo: grupo experimental e grupo de controlo), com medidas repetidas no momento da evocação, para investigar a variação da informação falsa¹⁹ do ensaio de evocação imediata para o ensaio de evocação final da GSS 1.

Apenas o efeito principal do momento da evocação se revelou estatisticamente significativo [$F(1,68) = 23.92, p \leq .0001, \eta^2 = .25$] com uma magnitude média²⁰. Não foi, portanto, encontrado um efeito principal para o grupo [$F(1,68) = 1.91, p = .171, \eta^2 = .04$] nem para a interacção [$F(1,68) = .15, p = .702, \eta^2 < .0001$]. Assim, a média da informação falsa foi

¹⁸ Uma vez que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, no que respeita às duas variáveis, optou-se por efectuar as análises estatísticas para totalidade da amostra [$t(68)_{\text{Informação Falsa}} = -.29, p = .772, d = .07; t(68)_{\text{Informação Verdadeira}} = -.51, p = .609, d = .12$].

¹⁹ Note-se que, neste ponto, a variável Informação Falsa abrange a totalidade de informação falsa presente no ensaio de evocação final e não só àquela que é propiciada pelo questionamento (como acontecia nas análises do ponto anterior).

²⁰ Utilizou-se a classificação de Ferguson (2009) para a interpretação da magnitude do efeito respeitante ao valor de eta ao quadrado.

significativamente mais elevada na evocação final relativamente à evocação imediata (ver Quadro 9).

Quadro 9. Médias marginais estimadas e desvios-padrão da Informação Falsa na evocação imediata e na evocação final

		<i>M</i>	<i>DP</i>
Informação Falsa	Evocação imediata	.43	.07
	Evocação Final	1.16	.17

Do mesmo modo, para examinar a variação da informação verdadeira do ensaio de evocação imediata para o ensaio de evocação final calculou-se uma ANOVA mista 2 (momento da evocação: evocação imediata e evocação final) x 2 (tipo de grupo: grupo experimental e grupo de controlo), com medidas repetidas no momento da evocação. Tal como se observou anteriormente para a informação falsa, foi somente encontrado um efeito principal, com magnitude mínima, para o momento da evocação [$F(1,68) = 16.47, p < .0001, \eta^2 = .17$] no que diz respeito à informação verdadeira (não foi, portanto, encontrado um efeito principal para o grupo [$F(1,68) = .82, p = .37, \eta^2 = .08$] nem para a interação [$F(1,68) = 2.42, p = .124, \eta^2 = .03$]). Assim, conforme se poderá verificar no Quadro 10, este resultado indica que se registou uma diminuição da quantidade de Informação Verdadeira do ensaio de evocação imediata para o ensaio de evocação final.

Quadro 10. Médias marginais estimadas e desvios-padrão da Informação Verdadeira na evocação imediata e na evocação final

		<i>M</i>	<i>DP</i>
Informação Verdadeira	Evocação imediata	19.46	.64
	Evocação Final	17.84	.66

V - Discussão

Com o crescente aumento do número de jovens presentes a interrogatório policial (com o estatuto de vítimas, testemunhas oculares ou arguidos) torna-se cada vez mais importante estudar o modo como estes indivíduos lidam com as práticas usadas durante o interrogatório policial, nomeadamente com o confronto com perguntas sugestivas e com a pressão interpessoal. Este conhecimento permite inferir sobre a veracidade e fiabilidade dos relatos e depoimentos dos jovens e tomar as devidas precauções nos casos que se revelem particularmente sugestionáveis.

O presente estudo procurou comparar a expressão da sugestionabilidade interrogativa, tal como é medida pela GSS 1, entre dois grupos de jovens tendo-se num deles administrado o procedimento original desta escala (grupo de controlo), e no outro um procedimento mais breve (ausência do ensaio de evocação diferida) da mesma escala (grupo experimental). Pretendeu-se, ainda, investigar a existência de correlações entre as medidas de sugestionabilidade e as variáveis Neuroticismo, Desejabilidade Social, Inteligência e Auto-conceito. Também constituiu propósito deste trabalho comparar os níveis de ansiedade dos participantes entre o início da avaliação e o momento imediatamente após o *feedback* negativo na GSS, bem como apurar se os sujeitos adicionavam, no relato final da história, informações propiciadas pelo questionamento.

A primeira hipótese deste estudo, de que não existiam diferenças significativas, entre os dois grupos, no que respeita às medidas de sugestionabilidade, pode ser considerada corroborada. Efectivamente, apurou-se que não existem diferenças, entre o grupo no qual se efectuou o ensaio de evocação diferida (grupo de controlo) e o grupo onde se omitiu este ensaio (grupo experimental), no que respeita às variáveis *Evocação Imediata*, *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança e Sugestionabilidade Total*. Estes resultados indicam que os valores das medidas de sugestionabilidade da GSS 1 parecem não depender do ensaio de evocação diferida. Mais especificamente, o relato repetido da história, passado 50 minutos, não teria influência na sugestionabilidade interrogativa. Resultados similares a estes foram encontrados por Smeets *et al.* (2009) que, apesar de não ter incluído nenhum grupo no qual se tenha realizado o ensaio de evocação imediata e

intervalo de retenção sem ensaio de evocação diferida, verificaram que as medidas de sugestionabilidade não dependem nem dos múltiplos testes de evocação (evocação imediata e evocação diferida) nem do intervalo de retenção. Em termos práticos, a corroboração da primeira hipótese deste estudo indica que a GSS1 poderia ser usada, pelo menos, sem a realização do ensaio de evocação diferida.

Note-se que a não rejeição da hipótese nula traz consigo algumas peculiaridades. Assim, apesar dos resultados constatados não atingirem o limiar da significância estatística, optou-se por calcular o valor da magnitude do efeito porque, tal como refere O'Keefe (2007), “um resultado não significativo não quer dizer que a hipótese nula é verdadeira; apenas indica que a hipótese nula não deve ser descartada” (p. 297)²¹. Ainda segundo O'Keefe (2007) as estimativas de poder baseadas no tamanho do efeito da população de interesse independente, como sejam as medidas da magnitude do efeito, devem ser utilizadas em detrimento daquelas que se baseiam no tamanho do efeito da população igual ao tamanho do efeito observado para a amostra. Se comparamos os valores da magnitude do efeito obtidos no presente estudo (cf. ponto 1 dos Resultados) com os que foram alcançados na investigação realizada por Smeets *et al.* (2009), verificamos que, para além de serem valores baixos, não são muito díspares, sendo que para a variável *Cedência 2* o valor é exactamente o mesmo. Por seu turno, os valores do poder, obtidos através da análise *post hoc*, são, também, muito baixos, o que poderá indicar que não se deveria afastar a possibilidade da ausência de significância estatística dos resultados se dever à falta de poder estatístico do teste, o que vem reforçar a importância de se continuarem a realizar investigações em torno do mesmo propósito. Não obstante, parece que o facto de não se ter atingido o limiar de significância estatística não se deveria à falta de poder estatístico, designadamente ao número limitado de sujeitos que compõem a amostra do presente estudo, uma vez que se averiguou que o valor de *N* teria que aumentar extraordinariamente (cf. nota de rodapé 16) para se obterem diferenças estatisticamente significativas ($\alpha =$

²¹ Este autor defende que para evitar conclusões erróneas, decorrentes da constatação de resultados não significativos, deve apresentar-se, também, determinadas estimativas de poder, bem como os valores da significância estatística e do intervalo de confiança (*p*).

.05) entre os dois grupos de participantes²².

No que concerne à segunda hipótese formulada neste estudo, relativa à ansiedade estado antes e depois do *feedback* negativo, podemos concluir que foi parcialmente corroborada. Foram encontradas diferenças, de expressão significativa, entre os níveis de ansiedade medidos logo no início da sessão de avaliação e os valores de ansiedade examinados imediatamente após o *feedback* negativo, apresentando o último momento, em média, mais 2.63 pontos, mas somente no grupo de controlo. Este resultado indica que esta diferença não seria devida apenas ao efeito do *feedback* negativo, pois este foi administrado igualmente em ambos os grupos. Sendo assim, podemos conjecturar que o ensaio de evocação diferida poderá ser, pelo menos em parte, responsável pela diferença na ansiedade verificada no grupo de controlo. Isto é, o facto dos participantes deste grupo serem sujeitos a mais um momento de avaliação (evocação diferida), comparativamente com o grupo experimental, poderia ter levado a aumentar a sua ansiedade. Para além disto, Gudjonsson (2003) refere que o número de ideias mencionadas do momento de evocação imediata para o ensaio de evocação diferida sofre, geralmente, uma deterioração de um a dois pontos. Assim, também, a tomada de consciência do decréscimo do seu desempenho mnésico poderia exercer um efeito potenciador dos níveis de ansiedade. Os resultados constatados neste estudo não significam que o *feedback* negativo não interfira com os sentimentos de ansiedade dos indivíduos, tal como foi apurado nos estudos de Gudjonsson (1988, cit. por Gudjonsson 2003), McGroarty e Baxter (2007) e Tata e Gudjonsson (1990, cit. por McGroarty & Baxter, 2007) mas, neste caso, parece que o efeito evocação diferida se sobrepôs ao do *feedback* negativo.

A terceira hipótese sobre a relação entre sugestionabilidade interrogativa e inteligência não-verbal da qual este estudo partiu pode-se considerar não corroborada, uma vez que não se verificaram correlações significativas negativas entre inteligência não-verbal e as medidas de sugestionabilidade *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança e Sugestionabilidade Total*. Todavia, não podemos negligenciar as médias de inteligência

²² Note-se que a análise estatística em causa foi realizada com os valores da magnitude do efeito da amostra do presente estudo e não com os respeitantes à população, uma vez que, além da investigação levada a cabo por Smeets et al. (2009), não se conhecem outros estudos publicados.

observadas para as duas condições experimentais ($M_{\text{Grupo de controlo}} = 51.14$; $M_{\text{Grupo experimental}} = 52.91$) que indicam que os resultados brutos dos participantes deste estudo são muito superiores ao valor médio (30). Neste contexto, Gudjonsson (2003) afirma que um QI médio ou acima de média parece não ter correlação significativa com a sugestionabilidade, uma vez que só se verificaram correlações significativas em investigações que avaliaram sujeitos com inteligência média ou abaixo da média (e.g., Pollard *et al.*, 2004). Deste modo, podemos dizer que a ausência de correlações entre a variável inteligência e as medidas de sugestionabilidade pode dever-se ao facto da inteligência dos sujeitos da amostra deste estudo se situar num valor muito acima do valor médio.

A hipótese acerca da existência de correlações positivas e estatisticamente significativas, em ambos os grupos, entre sugestionabilidade e os traços de personalidade Neuroticismo e Desejabilidade Social também não foi corroborada. Primeiro, no que concerne à variável Neuroticismo, não foi observada nenhuma correlação significativa entre esta e as medidas *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*. Apesar de Gudjonsson considerar que existe uma correlação entre estes resultados, refere também que esta é, geralmente, baixa, tal como se verificou no estudo recente de Drake (2010a). No presente estudo, as correlações não chegaram a atingir o limiar da significância estatística, tal como nos estudos de Polczyk (2005) e Richardson e Kelly (2004). Não podemos afirmar que a inexistência de valores de correlação significativos se possa dever à diferença nos instrumentos usados para medir a variável Neuroticismo porque Gudjonsson, na sua investigação realizada em 1983, na qual encontrou correlações significativas baixas, administrou a versão inglesa do EPQ²³. Deste modo, podemos considerar que, pelo menos numa amostra de jovens portugueses da população normal, os resultados na sugestionabilidade interrogativa não parecem ser afectados pela variável Neuroticismo.

A segunda parte da hipótese colocada diz então respeito à correlação existente entre Desejabilidade Social e as medidas de Sugestionabilidade. Esta revelou-se significativa e de sentido positivo, apenas no grupo de controlo, no que respeita às medidas *Cedência 1*, *Cedência 2* e

²³ Não existem diferenças significativas, no que concerne aos itens que compõe a escala de Neuroticismo, entre a versão inglesa do EPQ e a sua forma revista e entre a versão portuguesa do EPQ-R e a versão inglesa do mesmo.

Sugestionabilidade Total. As relações positivas apuradas entre *Sugestionabilidade Total* e a medida Desejabilidade Social revelaram-se baixas, o que vai ao encontro dos resultados obtidos nos estudos de Gudjonsson (1983, cit. por Gudjonsson, 2003) e Richardson e Kelly (2004). Do mesmo modo, o resultado *Cedência 1* parece estar pouco correlacionado com a variável Desejabilidade Social, o que replica os resultados dos estudos de Neves *et al.* (2011) e Richardson e Kelly (2004). Todavia, a correlação mais forte com Desejabilidade Social, ainda que moderada, encontrada neste estudo é respeitante à medida *Cedência 2*, algo que parece não ter sido verificado em investigações anteriores. Esta constatação pode indicar que os sujeitos mais interessados em dar uma imagem de si próprios como socialmente aceitável são, também, indivíduos mais sugestionáveis, pela pressão interrogativa. É pois provável que os sujeitos, com resultados superiores ao nível da Desejabilidade Social, pensem, após a administração do *feedback* negativo, no qual lhes é dito que cometeram erros nas respostas, que serão mais aceites pelo experimentador se cederem nas perguntas sugestivas. Tal não quer necessariamente dizer que os sujeitos não irão concordar totalmente com a informação sugestiva contida nas perguntas às quais vão ceder e que só aceitem essa informação para agradar ao avaliador, até porque a incerteza é uma condição necessária para a propensão à sugestionabilidade interrogativa. Já no que respeita ao grupo experimental, não se verificou a existência de correlações estatisticamente significativas entre Desejabilidade Social e as medidas de sugestionabilidade. Estes resultados díspares entre as duas condições experimentais poderão estar relacionados com a diferença nos procedimentos: o grupo experimental não foi submetido ao ensaio de evocação diferida. Esta situação de teste da memória implica a existência de mais um momento de contacto directo com o experimentador e, ainda, tal como foi dito anteriormente, pode propiciar a tomada de consciência dos participantes relativamente ao decréscimo no seu desempenho mnésico. Perante estes factores, os participantes do grupo de controlo com níveis mais elevados de Desejabilidade Social poderão ter tendência para concordar com as perguntas sugestivas colocadas pelo experimentador, na tentativa de conseguirem alcançar uma imagem mais favorável junto do mesmo, o que levaria a um aumento da sugestionabilidade. Com os participantes do grupo experimental com

maiores índices de Desejabilidade Social tal não sucederia, pois não foram expostos a esse teste adicional da sua memória.

Finalmente, passamos à quinta e última hipótese deste estudo (existência de uma correlação negativa e significativa entre sugestionabilidade e auto-conceito). Esta não foi corroborada. Assim, não foram observadas correlações estatisticamente significativas entre a variável Auto-conceito e as várias medidas de sugestionabilidade consideradas, o que vai ao encontro dos resultados dos estudos de Drake, Bull e Boon (2008) e Smith e Gudjonsson (1995, cit. por Gudjonsson, 2003). Os autores de ambos os estudos, tendo em consideração a vasta evidência empírica que indica a existência de relações significativas negativas entre estas variáveis, formularam hipóteses explicativas para os seus resultados que não se coadunam com o presente estudo. Assim, Drake, Bull e Boon (2008) relataram que os sujeitos da sua amostra podem ter assinalado mais atributos positivos e menos negativos do que os que correspondem à realidade, o que diminuiria a variabilidade da amostra relativamente à auto-estima. No entanto, neste estudo, esta explicação não parece sustentável, dada a amplitude verificada para os valores do auto-conceito, em ambos os grupos, sugerir a existência de grande variabilidade entre os sujeitos. Por seu turno, Smith e Gudjonsson (1995, cit. por Gudjonsson, 2003) afirmaram que a fraca validade e confiabilidade da Escala de Auto-estima de Rosenberg, empregue no seu estudo, podia estar na origem da não verificação de correlações com expressão significativa. Ora, também, este argumento não pode ser considerado no presente estudo, pois o Inventário Clínico do Auto-Conceito apresenta boas características psicométricas. Parece-nos que o que pode, hipoteticamente, explicar os resultados obtidos são as diferenças conceptuais entre auto-estima e auto-conceito. O ICAC “permite avaliar os aspectos emocionais e sociais do auto-conceito” (Vaz Serra, 1995, p. 151), sendo que só os primeiros estão mais relacionados com a auto-estima, com a avaliação que as pessoas fazem acerca de si próprios. Sendo assim, o instrumento não mede a auto-estima, de forma precisa e específica, e pode ser que, efectivamente, o constructo mais abrangente de auto-conceito não tenha qualquer relação com a sugestionabilidade²⁴.

²⁴ No entanto, seria pouco rigoroso realizar, actualmente, o mesmo estudo recorrendo a uma prova de avaliação da auto-estima mais específica, pois não se conhece nenhuma que esteja aferida para a população portuguesa.

No que respeita à discussão da questão formulada sobre a possível inclusão, por parte dos sujeitos, no relato final da história (evocação final), de informação propiciada pelo questionamento, podemos concluir que tal não se verifica. Assim, a quantidade de informação falsa e verdadeira, adicionada pelos sujeitos de ambos os grupos na evocação final da história, é muito baixa, tendo em conta a quantidade total de ideias proporcionadas pelas 20 perguntas da GSS1. Ora, esta constatação é consonante com a afirmação de Gudjonsson (2003) de que não tem vindo a provar-se que os sujeitos integrem a informação sugestiva na recordação posterior do evento e consequentemente nos seus próprios relatos, ao contrário do que consideram Baxter e Boon (2000). Isto significa que, apesar da confiança dos indivíduos na sua própria memória poder ser perturbada pelo questionamento e, consequentemente, confiarem nas sugestões do experimentador, estes parecem não se recordar de terem ouvido essas informações (ou então monitorizarem a fonte dessas informações) o que os leva, em última instância, a não as incluir na repetição da história. Portanto, para que o fenómeno da sugestionabilidade ocorra não é condição obrigatória a introdução das informações adquiridas, durante o interrogatório, na própria memória.

As duas ANOVAS mistas realizadas, com ambos os grupos, indicaram que houve um aumento de informação falsa e uma diminuição de informação verdadeira do ensaio de evocação imediata para o ensaio de evocação final. Assim, num intervalo no qual, para além de passar o tempo, se concretizaram tarefas como o questionamento e a evocação diferida do acontecimento relatado na história apresentada inicialmente, a memória dos sujeitos foi prejudicada, no sentido dum aumento do número de confabulações e diminuição da informação correcta sobre o evento original. Em termos práticos poder-se-ia dizer que a passagem do tempo e a execução de tarefas relacionadas com a recordação do acontecimento, situações frequentemente presentes num interrogatório policial, podem interferir com o depoimento ou testemunho dos sujeitos.

Como limitações deste estudo podemos apontar o facto de não abranger uma amostra representativa da população jovem nacional, de não ter sido manipulado o nível de inteligência, o que poderá ter contribuído para a não observação de correlações significativas e, por último, mas não menos

importante, não se ter medido especificamente o constructo de auto-estima, embora não houvesse outra alternativa que se assumisse como mais adequada.

VI – Conclusões

O grau de influência de procedimentos de interrogatório capazes de enviesar os testemunhos e depoimentos dos sujeitos depende também de determinadas características individuais. São essas idiosincrasias que devem ser avaliadas em contexto forense, recorrendo às Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson, bem como a outros instrumentos de avaliação que permitam a análise de variáveis relacionadas com a propensão para a sugestionabilidade.

Não obstante, a avaliação da credibilidade dos testemunhos não é suficiente para garantir a protecção dos sujeitos das táticas utilizadas por agentes policiais sendo que, mais deveria ser feito no sentido de tornar o interrogatório policial num contexto propício ao relato fidedigno dos acontecimentos.

O presente estudo investigou a sugestionabilidade interrogativa numa amostra de jovens portugueses, mais especificamente analisou a expressão deste fenómeno dividindo os participantes em dois grupos: grupo experimental (realização do ensaio evocação diferida da GSS 1) e grupo de controlo (sem ensaio de evocação diferida da GSS 1). Propôs-se, ainda, averiguar as correlações existentes entre sugestionabilidade interrogativa e inteligência não-verbal, auto-conceito, desejabilidade social e neuroticismo. Possibilitou também o estudo do impacto do *feedback* negativo na ansiedade dos participantes e a averiguação do efeito das perguntas da GSS1 no relato final da história (procedimento não considerado no manual de administração da GSS).

No que diz respeito aos resultados obtidos no actual estudo, podemos começar por referir que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o grupo experimental (procedimento mais breve de administração da GSS 1) e o grupo de controlo (procedimento original de administração da GSS 1), nas medidas *Evocação Imediata*, *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*. Este resultado poderá

sugerir que o ensaio de evocação diferida não afecta os níveis de sugestionabilidade e que, conseqüentemente, pode ser eliminado do procedimento de administração desta escala sempre que houver necessidade de diminuir o tempo da avaliação. Neste contexto, mais investigações deverão ser levadas a cabo, com esta população, no sentido de perceber se o mesmo se pode concluir relativamente à eliminação do intervalo de retenção. A omissão do intervalo de retenção e, conseqüentemente, do ensaio de evocação diferida, representaria uma grande vantagem em situações em que o tempo é escasso.

Constatou-se que a ansiedade estado dos participantes tende a ser maior após a administração do *feedback* negativo do que no início da avaliação. Porém, uma vez que tal só se verificou no grupo de controlo, este aumento pode dever-se à própria evocação diferida, ou seja, à existência de mais um momento de avaliação e não ao efeito do *feedback* negativo. Portanto, a repetição do relato da história, após 50 minutos, pode tornar uma situação de interrogatório ainda mais stressante, o que, juntamente com outros factores, poderá culminar num aumento da sugestionabilidade.

No que concerne a correlações verificou-se somente uma correlação positiva significativa entre Desejabilidade Social e *Cedência 1*, *Cedência 2* e *Sugestionabilidade Total*, apenas no grupo de controlo. Este resultado poderá estar relacionado com a presença do ensaio de evocação diferida, que, por constituir mais um momento de contacto directo com o entrevistador e uma forma dos sujeitos tomarem consciência do decréscimo do seu desempenho mnésico, poderá ter aumentado a necessidade dos indivíduos com maiores índices de Desejabilidade Social procurarem obter a aprovação do examinador, considerando que a melhor forma de o fazer seria concordar com este nas perguntas sugestivas, aumentando, então, os níveis de sugestionabilidade.

De resto, não foram apuradas correlações significativas entre as medidas de sugestionabilidade e inteligência não-verbal, neuroticismo e auto-conceito. O facto da média dos resultados brutos nas MPER ser muito superior ao valor médio poderá explicar a ausência de relação entre inteligência e *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*. No que respeita à variável neuroticismo, podemos concluir que, pelo menos numa amostra de jovens da população normal, os índices de

sugestionabilidade interrogativa não parecem ser influenciados por esta característica da personalidade. Não obstante, dado o actual trabalho ser de natureza exploratória, futuras investigações deverão continuar a estudar esta questão. A não observação de associações significativas entre a variável auto-conceito e os escores de sugestionabilidade interrogativa poderá dever-se à ineficácia do ICAC para medir especificamente o constructo de auto-estima.

Verificou-se que o número de ideias, propiciadas pelas 20 perguntas da GSS1, que são incluídas no relato final da história pelos participantes é muito reduzido, se tivermos em consideração o número máximo de informações que poderiam ser adicionadas. Este resultado corrobora a ideia de que não é necessário os sujeitos incorporem as informações pós-evento na sua memória e, conseqüentemente, no relato posterior do acontecimento, para serem considerados sugestionáveis. Seria interessante analisar este aspecto em sujeitos que retractaram uma confissão para perceber até que ponto a recordação dos eventos, por parte destes indivíduos, pode ser realmente enviesada, levando-os a acreditar internamente que cometeram um crime.

Neste estudo constatou-se que a quantidade de informação falsa, presente nos relatos dos sujeitos, tende a aumentar com a passagem do tempo, na qual foram incluídas a tarefa de repetição da história e o questionamento. Já a informação verdadeira sofreu uma diminuição. Portanto, a memória dos sujeitos é afectada, negativamente, à medida que passa o tempo e que se realizam tarefas relacionadas com o acontecimento, o que sugere a importância do primeiro relato do evento ser recolhido imediatamente e de preferência antes de se colocar qualquer tipo de perguntas.

Este fenómeno complexo da sugestionabilidade interrogativa carece ainda de muita investigação em Portugal, a começar pela própria aferição das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson. O presente estudo exploratório pode constituir um ponto de partida para futuras investigações que procurem analisar a sugestionabilidade interrogativa nesta população. Seria importante que se realizassem novos estudos que possam colmatar as lacunas deste e que contribuam para a caracterização da expressão da sugestionabilidade interrogativa no seio dos jovens portugueses. Neste

sentido, por exemplo, seria pertinente perceber se existem diferenças de género e analisar a influência de outras variáveis, nomeadamente daquelas que podem ser características da idade desta população (e.g., impulsividade, abertura à mudança/experiência, independência). Para concluir, importa referir que o contributo do estudo da sugestionabilidade interrogativa não se devia restringir aos peritos em psicologia, nomeadamente à avaliação da credibilidade dos testemunhos e depoimentos, mas, também, a profissionais capazes de treinar os agentes policiais para a realização de interrogatórios policiais mais rigorosos.

Bibliografia

- Agência Lusa. (2008, Outubro 27). Caso Joana: Leonor Cipriano não sabe se consegue identificar agressores. *Público*. Retirado de http://www.publico.pt/Sociedade/caso-joana-leonor-cipriano-nao-sabe-se-consegue-identificar-agressores_1347727.
- Agência Lusa. (2009, Abril 22). Caso Joana: inspectores da PJ acusados de agressões "brutais". *Expresso*. Retirado de <http://aeiou.expresso.pt/caso-joana-inspectores-da-pj-acusados-de-agressoes-brutais=f510309>.
- Bain, S.A., Baxter, J.S., & Fellowes, V. (2004). Interacting influences on interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 9, 239-252.
- Baxter, J.S., & Boon, J.C. (2000). Interrogative suggestibility: The importance of being earnest. *Personality and Individual Differences*, 28, 753-762.
- Baxter, J.S., & Bain, S.A. (2002). Faking interrogative suggestibility: The truth machine. *Legal and Criminological Psychology*, 7, 219-225.
- Baxter, J.S., Jackson, M., & Bain, S.A. (2003). Interrogative suggestibility: Interactions between interviewees' self-esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences*, 35, 1285-1292.
- Baxter, J.S., Boon, J.C.W., & Marley, C. (2006). Interrogative pressure and responses to minimally leading questions. *Personality and Individual Differences*, 40, 87-98.
- Boon, J., Gozna, L., & Hall, S. (2008). Detecting "faking bad" on the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, 44, 263-272. doi: 10.1016/j.paid.2007.08.005.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1992). *Revised NEO personality inventory and NEO-five-factor inventory: Professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Costa, A., & Pinho, M.S. (2010). Sugestionabilidade interrogativa em crianças de 8 e 9 anos de idade. *Análise Psicológica*, XXVIII (1), 193-208.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*,

- 24 (4), 349-354.
- Cruz, M.P., & Pinho, M.S. (2008). Sugestionabilidade interrogativa numa amostra geriátrica. In A.P. Noronha, C. Machado, L.S. Almeida, M. Gonçalves, S. Martins, & V. Ramalho (Eds). *Actas da XIII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (para.48). CD-ROM. Braga: Psiquilíbrios.
- Cunha, A.I.Q. (2010). *A sugestionabilidade interrogativa em crianças: O papel da idade e das competências cognitivas* (Tese de Doutoramento). Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/11187>.
- Cunha, A.I.Q., Albuquerque, P. B., & Freire, T. (2007). Sugestionabilidade em crianças: Definição de conceitos e análise de variáveis cognitivas. *Psychologica*, 46, 125-141.
- Cunha, D. (2009). *Sugestionabilidade interrogativa e violência conjugal: Serão as vítimas de violência conjugal mais sugestionáveis?*. Tese de Mestrado Integrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Drake, K.E. (2010a). Interrogative suggestibility: Life adversity, neuroticism, and compliance. *Personality and Individual Differences*, 48(4), 493-498. doi:10.1016/j.paid.2009.11.030.
- Drake, K.E. (2010b). The psychology of interrogative suggestibility: A vulnerability during interview. *Personality and Individual Differences*, 49, 683-688. doi: 10.1016/j.paid.2010.06.005.
- Drake, K.E., Bull, R., & Boon, J.C.W. (2008). Interrogative suggestibility, self-esteem, and the influence of negative life-events. *Legal and Criminological Psychology*, 13, 299-307. doi: 10.1348/135532507X209981.
- Eysenck, S.B., Eysenck, H.J., & Barrett, P.T. (1985). A revised version of the Psychoticism scale. *Personality and Individual Differences*, 6(1), 21-29.
- Eysenck, H.J., & Wilson, G.D. (1986). *Manual de psicologia humana*. Coimbra: Almedina.
- Ferguson, C. J. (2009). An effect size primer: A guide for clinicians and researchers. *Professional psychology: Research and practice*, 40, 532-538.
- Fonseca, A.C. (2006). Psicologia forense: Uma breve introdução. In A.

- Fonseca, M. Simões, M. Simões, & S. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense* (pp. 3-23). Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A.C., Eysenck, S.B., & Simões, A. (1991). Um estudo intercultural da personalidade: Comparação de adultos portugueses e ingleses no EPQ. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2, 187-203.
- Gheorghiu, V.A. (1989). The development of research on suggestibility: Critical considerations. In V. A. Gheorghiu, (Ed.), *Suggestion and suggestibility: Theory and research* (pp. 3-67). Berlin: Springer-Verlag.
- Gignac, G.E., & Powell, M.B. (2009). A psychometric evaluation of the Gudjonsson Suggestibility Scales: Problems associated with measuring suggestibility as a difference score composite. *Personality and Individual Differences*, 46, 88-93.
- Goodman, G.S., & Redlich, A.D. (2003). Taking responsibility for an act not committed: The influence of age and suggestibility. *Law and Human Behavior*, 27 (2), 141-156.
- Gudjonsson, G.H. (1986). The relationship between interrogative suggestibility and acquiescence: Empirical findings and theoretical implications. *Personality and Individual Differences*, 7 (2), 195-199.
- Gudjonsson, G.H. (1987). Historical background to suggestibility: How interrogative suggestibility differs from others types of suggestibility. *Personality and Individual differences*, 8(3), 347-355.
- Gudjonsson, G.H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales Manual*. Hove: Psychological Press.
- Gudjonsson, G.H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Gudjonsson, G.H., & Clare, I.C.H. (1995). The relationship between confabulation and intellectual ability, memory, interrogative suggestibility and acquiescence. *Personality and Individual Differences*, 19 (3), 333-338.
- Gudjonsson, G.H., & Young, S. (2011). Personality and deception. A related to social desirable responding?. *Personality and Individual Differences*, 50, 192-195. doi: 10.1016/j.paid.2010.09.024
- Hansdottir, I., Thorsteinsson, H.S., Kristinsdottir, H., & Ragnarsson, R.S. (1990). The effects of instructions and anxiety on interrogative

- suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 11(1), 85-87.
- Hansen, I., Smeets, T., & Jelicic, M. (2010). Further data on interrogative suggestibility and compliance scores following instructed malingering. *Legal and Criminological Psychology*, 15, 221-228. doi: 10.1348/135532509X447796.
- Kassin, S.M. (1997). The psychology of confession evidence. *American Psychologist*, 52 (3), 221-233.
- Kassin, S.M., & Gudjonsson, G.H. (2004). The psychology of confessions: A review of the literature and issues. *American Psychological Society*, 5 (2), 33-67.
- Kassin, S.M., Leo, R.A., Meissner, C.A., Richman, K.D., Colwell, L.H., Leach, A.M., *et al.* (2007). Police interviewing and interrogation: A self-report survey of police practices and beliefs. *Law Human Behaviour*, 31, 381-400. doi: 10.1007/s10979-006-9073-5.
- Liebman, J.I., McKinley-Pace, M.J., Leonard, A.M., Sheesley, L.A., Gallant, C.L., Renkey, M.E., *et al.* (2002). Cognitive and psychosocial correlates of adults' eyewitness accuracy and suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 33, 49-66.
- McGroarty, A., & Baxter, J.S. (2007). Interrogative pressure in simulated forensic interviews: The effects of negative feedback. *British Journal of Psychology*, 98, 455-465. doi: 10.1348/000 712606X147510.
- Merckelbach, H., Muris, P., Rassin, E., & Horselenberg (2000). Dissociative experiences and interrogative suggestibility in college students. *Personality and Individual Differences*, 29, 1113-1140.
- Merckelbach, H., Muris, P., Wessel, I., & van Koppen, P. J. (1998). The Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS): Further data on its reliability, validity and metacognition correlates. *Social Behaviour and Personality*, 26 (2), 203-210.
- Muris, P., Meesters, C., & Merckelbach, H. (2004). Correlates of the Gudjonsson Suggestibility Scale in delinquent adolescents. *Psychological Reports*, 94, 264-266.
- Neves, D.S.R., Pinho, M.S., & Faria, M. (2011). Sugestionabilidade interrogativa: Implicações para a acessória técnica a tribunais e para a intervenção com delinquentes. *Ousar e Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 67-77.

- O'Keef, D.J. (2007). Post hoc power, observed power, a priori power, retrospective power, prospective power, achieved power: Sorting out appropriate uses of statistical power analyses. *Communication Methods and Measures*, 1(4), 291-299.
- Pestana, M.H., & Gageiro, J.N. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Polczyk, R. (2005). Interrogative suggestibility: Cross-cultural stability of psychometric and correlational properties of the Gudjonsson suggestibility scales. *Personality and Individual Differences*, 38, 177-186. doi: 10.1016/j.paid.2004.03.018.
- Pollard, R., Trowbridge, B., Slade, P.D., Streissguth, A.P., Laktonen, A., & Townes, B.D. (2004). Interrogative suggestibility in a US context: Some preliminary data on normal subjects. *Personality and Individual Differences*, 37 (5), 1101-1108.
- Raven, J.C., Court, J.H., & Raven, J. (1996). *Secção 3- Matrizes Progressivas Standard*. Lisboa: Infoteste.
- Richardson, G., Gudjonsson, G.H., & Kelly, T.P. (1995). Interrogative suggestibility in an adolescent forensic population. *Journal of Adolescence*, 18, 211-216.
- Richardson, G., & Kelly, T. P. (2004). A study in the relationship between interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalized adolescents. *Personality and Individual Differences*, 36 (2), 485-494.
- Serra, A.V. (1995). Inventário Clínico de Auto-conceito. In M.M. Gonçalves, M.R. Simões, & L.S. Almeida (Eds). *Provas psicológicas em Portugal* (pp. 151-163). Braga: APPORT.
- Sigurdsson, J.F., & Gudjonsson, G.H. (1996). The psychological characteristics of “false confessors”: A study among Icelandic prison inmates and juvenile offenders. *Personality and Individual Differences*, 20 (3), 321-329.
- Silva, D.R. (2003). Inventário de Estado-Traço de Ansiedade (STAI). In M.M. Gonçalves, M.R. Simões, L.S. Almeida, & C. Machado (Eds.), *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (pp. 45-63). Coimbra: Quarteto.
- Smeets, T., Leppink, J., Jellicic, M., & Merckelbach, H. (2009). Shortened

- versions of the Gudjonsson Suggestibility Scale meet the standards. *Legal and Criminological Psychology*, 13, 149-155.
- Trowbridge, B.C. (2003). Suggestibility and confessions. *American Journal of Forensic Psychology*, 21(1). Retirado de <http://www.trowbridgefoundation.org/docs/suggestibility.htm>.
- TSF. (2009, Maio 22). Advogados de arguidos descontentes com sentença sobre agressões a Leonor Cipriano. *TSF Rádio Notícias*. Retirado de http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_ii=1241278.
- TSF. (2009, Maio 27). Marinho Pinto quer tomada de posição do Governo sobre agressões a arguidos. *TSF Rádio Notícias*. Retirado de http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=1245750&tag=Leonor%20Cipriano.
- Woolston, R., Bain, S.A., & Baxter, J. (2006). Patterns of malingering and compliance in measures of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 30, 453-461.